

INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES

CURSO DE ESTADO-MAIOR CONJUNTO

2011/2012



TII

**CPLP: Cooperação Técnico-Policial versus
Cooperação Técnico-Militar**

DOCUMENTO DE TRABALHO

O TEXTO CORRESPONDE A TRABALHO FEITO DURANTE A FREQUÊNCIA DO CURSO NO IESM, SENDO DA RESPONSABILIDADE DO SEU AUTOR, NÃO CONSTITUINDO ASSIM DOUTRINA OFICIAL DA MARINHA PORTUGUESA / DO EXÉRCITO PORTUGUÊS / DA FORÇA AÉREA PORTUGUESA / DA GUARDA NACIONAL REPUBLICANA.

JOSÉ RICARDO GOMES RODRIGUES

MAJOR DE CAVALARIA GNR



INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES

TRABALHO DE INVESTIGAÇÃO INDIVIDUAL

**CPLP: Cooperação Técnico-Policial versus
Cooperação Técnico-Militar**

MAJ CAV GNR José Ricardo Gomes Rodrigues

Trabalho de Investigação Individual do Curso de Estado-Maior Conjunto
2011/2012

Lisboa – 2012



INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES

TRABALHO DE INVESTIGAÇÃO INDIVIDUAL

**CPLP: Cooperação Técnico-Policial versus
Cooperação Técnico-Militar**

MAJ CAV GNR José Ricardo Gomes Rodrigues

Trabalho de Investigação Individual do Curso de Estado-Maior Conjunto
2011/2012

Orientador: TCOR INF Luís Fernando Machado Barroso

Lisboa – 2012

Índice

Resumo	V
Abstract	VI
Palavras-chave:	VII
Lista de Siglas e Abreviaturas	VIII
Introdução	1
1. A conflitualidade em África	8
2. Enquadramento legal da Cooperação Portuguesa no âmbito da CPLP	12
a. Constituição da República Portuguesa.....	12
b. Programas do Governo	12
c. Defesa Nacional.....	14
d. A Segurança Interna	15
e. A cooperação e a CPLP	16
f. Síntese Conclusiva	17
3. Objetivos, linhas de orientação e atividades desenvolvidas no âmbito da CTM e da CTP	18
a. As vertentes da cooperação.....	18
1) A cooperação bilateral.....	18
2) A cooperação multilateral	18
b. Cooperação técnico-policial.....	19
c. A cooperação Técnico Militar	27
d. Síntese Conclusiva	33
4. As relações entre a Cooperação Técnico-Militar e Técnico-Policial	34
a. Legal.....	34
b. Objetivos.....	35
c. Áreas de intervenção	36
d. Destinatários	37
e. Síntese conclusiva	37
Conclusões	39
Bibliografia.....	42
Apêndice I – Percurso Metodológico	A
Apêndice II – Modelo de Análise	B

Resumo

O presente trabalho de investigação individual tem como objetivo analisar a cooperação técnico-policial e a cooperação técnico-militar com os países da Comunidade de Países de Língua Portuguesa. A investigação aborda a conflitualidade na nova ordem mundial e os instrumentos existentes para lhes fazer face, dos quais apresentaremos a vertente normativa da cooperação, abordando a cooperação técnico militar e a técnico-policial para determinar os seus pontos de convergência e de fricção na prossecução dos objetivos definidos pela política externa de Portugal.

Relativamente à cooperação técnico-policial, estudámos o envolvimento da Guarda Nacional Republicana e da Polícia de Segurança Pública, citando as vertentes de cooperação com maior expressão e os países onde essas ações mais se fizeram sentir. Mais em pormenor foi abordado o programa de cooperação com Angola.

Relativamente à cooperação técnico-militar foi estudada a intervenção das Forças Armadas Portuguesas nos vários países da CPLP, especificamente em Angola. Assim, permitiu-nos detetar alguns pontos convergentes nestes dois conceitos, o militar e o policial.

Por fim, e após a análise efetuada, foram sugeridos formas de cooperação para a cooperação técnico-policial e a técnico militar, numa ótica de rentabilização de recursos que cada vez mais são escassos.

Abstract

This individual research aims to analyze military technical cooperation and police technical cooperation within the countries of the community of Portuguese-speaking countries. The research covers the conflict in the new world order and instruments to deal with them, which we will present to the normative aspect of cooperation, addressing the military technical cooperation and police technical cooperation to determine points of convergence and friction in pursuit of the goals set by Portugal's foreign policy. Regarding technical cooperation, we have studied National Republican Guard and the Public Security Police, specially the areas with greater expression and the countries where these actions were more important. Angola was discussed as a case study.

With regards to military-technical cooperation, it was considered the Portuguese armed forces intervention in the various countries of the CPLP, specifically in Angola. Thus, allowed us to detect some convergent points and friction in these two concepts, the police and military. Finally, and after the analysis performed, forms of cooperation were suggested for military technical cooperation and police technical cooperation in the pursuit of the efficiency.

Palavras-chave: Comunidade de Países de Língua Portuguesa, Cooperação técnico-policial, Cooperação técnico-militar, Desenvolvimento, Segurança.

Lista de Siglas e Abreviaturas

APD	Ajuda Pública ao Desenvolvimento
CIC	Comissão Interministerial para a Cooperação
CPLP	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
CRP	Constituição da República Portuguesa
CTP	Cooperação Técnico-Policial
CTM	Cooperação Técnico-Militar
DGAI	Direção-Geral da Administração Interna
FSS	Forças e Serviços de Segurança
GNR	Guarda Nacional Republicana
IESM	Instituto de Estudos Superiores Militares
IPAD	Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento
MAI	Ministério da Administração Interna
MNE	Ministério dos Negócios Estrangeiros
ODM	Objetivos de Desenvolvimento do Milénio
ONU	Organização das Nações Unidas
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
PAC	Programa Anual de Cooperação
PALOP	Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
PCTP	Programa de Cooperação Técnico-Policial
PIC	Programa Indicativo de Cooperação
PNA	Polícia Nacional de Angola
PNCV	Polícia Nacional de Cabo Verde
PNSTP	Polícia Nacional de São Tomé e Príncipe
PNTL	Polícia Nacional de Timor-Leste

PMA	Países Menos Avançados
PCSD	Política Comum de Segurança e Defesa
POP	Polícia de Ordem Pública
PSP	Polícia de Segurança Pública
SEF	Serviço de Estrangeiros e Fronteiras
UA	União Africana
UE	União Europeia

Introdução

Este trabalho de investigação individual tem como tema “ CPLP: Cooperação Técnico-Militar versus Cooperação Técnico-Policial” e tem como objetivo principal analisar a Cooperação Técnica nas vertentes militar e policial no âmbito da Comunidade de Países de Língua Portuguesa.

a. Justificação do estudo

Atualmente, a ameaça global dos conflitos armados entre os Estados, onde as variáveis já se encontravam estudadas, deu lugar aos conflitos existentes dentro dos próprios Estados, onde estes nem sempre são os principais atores. Diversas causas estão na origem destes conflitos, como por exemplo o acesso dos recursos naturais, as fronteiras e o poder. Estes conflitos vêm trazer o enfraquecimento do poder do Estado, incrementando os problemas aos níveis religiosos, políticos, militares, no fundo entre as populações. Estes conflitos intraestatais, além de contribuírem para a instabilidade interna, causam certamente instabilidade regional, globalizando desta forma os conflitos ditos internos. Estes afetam a segurança em termos globais, pelo que se tornam uma preocupação da Comunidade Internacional carecendo de uma intervenção mais estruturada e global.

Esta nova conflitualidade tem uma grande incidência no Continente Africano onde se verifica a falha das estruturas estatais na medida em que não têm capacidade para garantir a segurança das suas populações, bem como o desenvolvimento sustentado.

Assim surge a expressão de segurança humana¹, como garantia das necessidades básicas das populações. Este caminho a percorrer vai no sentido de se atingir o desenvolvimento sustentado, pelo que a segurança assume-se como uma condição para se atingir o desenvolvimento (Bernardino, 2011, p. 29).

O papel dos Estados no garante do bem-estar, paz e segurança das suas populações é primordial. É imperativo o funcionamento regular das instituições para que o governo, de forma capaz, seja o garante da estabilidade no seu território através do poder executivo, legislativo e judicial (Barroso, 2011, p. 15). A falta de capacidade por parte dos Estados é potenciadora da conflitualidade interna, não detendo este

¹ A proteção do indivíduo como essencial para a segurança nacional/internacional, e as condições de segurança necessárias ao desenvolvimento do ser humano e da nação devem integrar fatores políticos, económicos e sociais.

mecanismos e instituições capazes de garantir a segurança, a paz e o bem-estar das suas próprias populações. Estes Estados, atingidos por uma fragilidade estrutural, têm implicações na estabilidade e desenvolvimento de diversas regiões em todo o Mundo.

O desenvolvimento de mecanismos que permitam responder aos problemas estruturais de países frágeis² é necessário. A ajuda internacional tem-se baseado em intervenções ao nível da ajuda humanitária, ao nível da reconstrução, e por fim ao nível da cooperação para o desenvolvimento (Pureza, 2005, p. 69).

O Continente Africano, fruto da sua importância estratégica, tem sido palco da intervenção de várias Organizações e Estados. África possui por um lado reservas de energia e de metais, por outro lado, a sua localização, com a proximidade quer a União Europeia quer aos Estados Unidos da América, a sua costa, desde Gibraltar, Suez, Cabo da Boa esperança onde passam importantes rotas marítimas vem relevar a sua importância estratégica (Barroso, 2011, p. 4). A existência de Estados frágeis, onde a fome, pobreza e guerra são uma realidade, potencia a existência de conflitos regionais, sendo um fator de instabilidade regional e a nível global, sendo que, na ausência de capacidade por parte dos Estados, e dado o conceito global de segurança, diversas Organizações Internacionais assumem essa capacidade. África enquadra-se neste conceito, sendo que a existência de Estados frágeis e os conflitos regionais são uma realidade atual.

Uma intervenção nesta área, conduzindo à segurança e posterior desenvolvimento sustentado necessita, na sua base, de uma cooperação estratégica com vista à Reforma do Sector de Segurança³ (RSS) do Continente Africano e dos seus Estados, com vista a garantir que o Estado proporcione o sentimento de segurança das populações, através da estabilidade do governo e da boa governação⁴. Assim a construção do Estado está na base para a solução da instabilidade existente, ou seja com um Estado com capacidade para assumir o seu papel no garante da segurança e bem-estar das suas populações, caminha-se em direção à boa governação, à segurança humana e ao desenvolvimento sustentado, atacando diretamente uma das causas

² Estados afetados por crises ou conflitos crónicos ou por catástrofes naturais onde as suas estruturas institucionais não garantem as suas funções principais de segurança e bem-estar das populações.

³ Conjunto de atividades a fim de conferir ao Estado a capacidade de garantir a segurança e justiça das suas populações.

⁴ Boa governação ou *good governance* inclui o conjunto de ações de um Estado no sentido de garantir a segurança interna e externa (Bernardino, 2011, p. 93).

principais da instabilidade e dos conflitos intraestatais. Destaca-se aqui a importância da segurança e defesa em todo este processo de estabilização, na medida em que o instrumento militar contribui também para os poderes do Estado. O poder coercivo do Estado é desempenhado pelas Forças Armadas e Forças de Segurança, pelo que a sua capacidade influencia os restantes poderes do Estado. Esta vertente, segurança e defesa, é o garante da segurança das populações de forma direta, desempenhando um papel importante na construção do Estado, com instituições legítimas.

A cooperação técnico-militar tem como objetivo reforçar a capacidade do Estado no garante da segurança de acordo com princípios da democracia, boa governação e Estado de direito (IPAD, 2010, p. 23). O objetivo da cooperação técnico-policial é reforçar as capacidades das Forças de Segurança (IPAD, 2010, p. 23). Assim, ambas contribuem para a construção do Estado, quer pela capacitação das suas instituições, quer pelas ações que desempenham nos processos de manutenção da paz, restabelecimento da paz, imposição da paz, consolidação da paz e prevenção de conflitos.

Importa referir então que o objetivo último é capacitar as instituições do Estado, rumo a um Estado de direito, sendo que a CTP e CTM contribuem para o mesmo estado final desejado – a segurança e o desenvolvimento. A capacitação institucional engloba uma série de objetivos que vão de encontro à promoção do desenvolvimento, nomeadamente a boa governação, melhorar os sistemas públicos, quer na disponibilização de serviços públicos quer na vertente de administrativa (Graham, 2002, p. 1).

a. Objetivo do estudo

Neste trabalho o objeto da investigação é determinar os pontos de convergência e de fricção no que se refere à cooperação portuguesa no âmbito da CPLP, em específico da cooperação na área da segurança e da defesa, maximizando os meios e minimizando os custos.

No âmbito da cooperação técnico policial importa analisar o papel que a GNR e a Polícia de Segurança Pública desempenham no seio da cooperação, bem como as áreas por si abrangidas no âmbito da cooperação com a CPLP, sejam elas comuns ou distintas. No âmbito da cooperação técnico militar importa analisar as atividades que estão abrangidas, as experiências obtidas (lições aprendidas).

Definido o seu objetivo geral importa enunciar os seus objetivos específicos, os quais contribuem, naturalmente, para o objetivo geral:

- i. Analisar o “estado da arte”, constituído essencialmente pelos programas-quadro PIC em vigor, relativamente às áreas atualmente cobertas pela Cooperação Técnico-Policial: Boa Governação, Participação e Democracia (formação em áreas fiscais, de investigação criminal, de trânsito, de pesquisa e análise de Informações, de Proteção Civil, de Controle de Fronteiras Aéreas e Marítimas) para além da Educação e Formação (Cursos no Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna), Cursos de progressão na carreira para Subchefes e Oficiais, Cursos de formação pedagógica de formadores, Estágios para Oficiais com funções de direção e chefia da CPLP, etc.);
- ii. Elencar os principais destinatários da cooperação – Polícias Nacionais, Serviços Nacionais de Proteção Civil, Serviços de Migração e Fronteiras, Serviços Aduaneiros/Alfândegas, Serviços de Bombeiros, Autoridades Tributárias, etc., para além, claro, das comunidades locais, destinatárias finais da atuação das forças e serviços de segurança, que verá a sua segurança reforçada com recursos humanos tecnicamente mais bem preparados;
- iii. Identificar as relações de cooperação e ou conflitualidade, existente ou potencial, não só com a PSP, nomeadamente com o Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, mas também com as FFAA e a respetiva cooperação técnico-militar e preconizar ações tendentes a maximizar as primeiras e minimizar as segundas;

iv. Propor formas de cooperação “no terreno” entre os membros das duas cooperações técnicas – a policial e a militar.”

b. Questão central e questões derivadas

Para o desenvolvimento do presente trabalho de investigação propomos a seguinte Questão de Partida (QP):

QP: Quais os pontos de convergência e de fricção entre a cooperação técnico militar e a cooperação técnico policial, que permitam a definição de uma estratégia de segurança e defesa com vista à consecução dos objetivos da política externa portuguesa.

Para nos ajudar a atingir os objetivos específicos, propomos as seguintes Questões Derivadas (QD):

QD1: Qual o contributo da CTP e a CTP para a resolução da conflitualidade em África?

QD2: Qual o enquadramento legal para a cooperação portuguesa e em específico para a cooperação técnico militar e cooperação técnico policial?

QD3: Quais são objetivos e linhas de orientação e atividades desenvolvidas da cooperação técnico militar e técnico policial com a Angola?

QD4: Quais são as relações existentes entre a CTP e a CTM?

À presente Questão de Partida opusemos as seguintes Hipóteses (H), as quais podem ser confirmadas ou infirmadas:

H1: A CTP e a CTM contribuem para a segurança e desenvolvimento em África.

H2: Existe uma base legal comum para a cooperação técnico militar e para a cooperação técnico policial.

H3: Os objetivos, as linhas de orientação e as atividades desenvolvidas pela CTM e CTP possuem pontos comuns.

H4: Existem relações de convergência e de fricção entre a CTP e a CTM.

c. Metodologia

As fontes consultadas são essencialmente documentos oficiais. Além das fontes, propomos também recorrer a trabalhos e estudos publicados de diversos autores que abordem tanto a cooperação, quer a técnico militar quer a técnico policial, como aqueles que caracterizem a CPLP.

Recorremos também entrevistas exploratórias de alguns representantes de estruturas nacionais, nomeadamente no Ministério da Defesa Nacional, no Estado-Maior General das Forças Armadas, do Ministério da Administração Interna, Polícia de Segurança Pública, Guarda Nacional Republicana, Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento.

No eixo central da análise que efetuámos, considerámos os conceitos de cooperação técnica na sua vertente militar e policial, com a finalidade de encontrar os fatores de análise que permitem responder à questão central.

d. Corpo de Conceitos

Para facilitar a compreensão da terminologia utilizada, consideramos como corpo de conceitos os seguintes termos:

- (1) Cooperação Técnico-Militar – A Cooperação Técnico-Militar (CTM) consiste no conjunto de ações que se dirigem à organização, reestruturação e formação das Forças Armadas e respetivos militares. Estas ações decorrem de Acordos e de Programas-Quadro celebrados entre Portugal e os PALOP e obedecem a princípios de apartidarismo, subordinação aos órgãos de soberania democráticos e legítimos, respeito pelo Estado de Direito e boa governação (MDN, 2007).
- (2) Cooperação Técnico-Policial – A cooperação técnico-policial visa “contribuir para o desenvolvimento de formas de organização do sistema de segurança interna, controlo de fronteiras, gestão de informações, manutenção de ordem pública e combate à criminalidade dos países com quem cooperamos, privilegiando as relações entre forças e serviços de segurança ao nível da organização, métodos, formação e treino, participando no reforço das condições de estabilidade interna, autonomia das instituições políticas e segurança das populações e na consolidação do primado de valores essenciais da democracia e do Estado de Direito” (IPAD, 2006, p. 20-21).
- (3) *Good Governance* (boa governação) – Conjunto de ações levadas a efeito por aquele Estado que procura garantir a segurança interna e externa do país, através da criação dos meios que permitam: participação organizada e estruturada dos cidadãos, transparência nos processos de tomada de decisão, eficiência e eficácia das instituições consubstanciada na sua capacidade de resposta às solicitações da sociedade, assunção de responsabilidades pelo

sector público e privado relativamente a decisões tomadas que afetem os cidadãos, capacidade de gerar consenso, equidade na perceção das consequências das decisões tomadas pelo Estado e existência de um Estado de Direito (Bernardino, 2011, p. 93).

- (4) Reforma de Sector de Segurança – Processo através da qual se pretende criar um ambiente seguro que conduz ao desenvolvimento, à redução da pobreza, à boa governação, em particular ao crescimento dos Estados e instituições democráticas alicerçados no Estado de Direito (SSR, 2007, p. 4).

e. Organização do estudo

Este trabalho de investigação encontra-se dividido em quatros capítulos. Com o primeiro capítulo pretende-se uma abordagem à conflitualidade típica em África, reportando-nos ao papel que a cooperação técnico-militar e técnico-policial possuem neste quadro.

No segundo capítulo referimo-nos ao quadro legal da cooperação em Portugal, designadamente no que se refere à cooperação técnico-militar e técnico-policial, e a sua integração à luz da CPLP.

No terceiro capítulo, iremos analisar o estado da arte da CTM e CTP, uma identificação e análise dos objetivos e respetivas linhas de orientação, as atividades, da CTM e CTP, no universo da CPLP, a nível bilateral e bem assim a nível multilateral. Sendo necessário limitar o estudo face à dimensão do presente trabalho, iremos focar em Angola, por um lado face ao potencial que esta detém no âmbito da CPLP, e por outro fruto das relações existentes entre ambos os países nesta matéria.

No quarto capítulo, com base no que está a ser feito no âmbito da CTP e CTM, iremos efetuar a análise através das dimensões da cooperação, relacionando a CTP e CTM, os seus pontos de convergência e de fricção.

Nas conclusões do trabalho pretendemos dar resposta à questão de partida, elencando os pontos de convergência e de fricção entre CTM e CTP, tecendo recomendações para uma definição de uma estratégia comum que contribua para a Política Externa de Portugal, maximizando meios e minimizando custos. Encontrámos diversos pontos de convergência entre a cooperação técnica militar e a cooperação técnica policial, como os seus objetivos, relacionados com a RSS; os destinatários da cooperação, ou seja, os efetivos das Forças Armadas e das Forças de Segurança e respetivas Instituições e a população; algumas áreas de intervenção.

1. A conflitualidade em África

A ameaça dos conflitos armados entre potências a nível mundial tem vindo a dar lugar a conflitos dentro dos próprios Estados, com o aparecimento de novos atores. Assim, contrariamente ao que estava previsto nos conflitos entre as potências em que os Estados eram os principais atores, estes conflitos intraestatais e regionais, com o envolvimento de diversos atores vem trazer um fator de instabilidade a nível local, regional e a nível mundial.

Diversos fatores encontram-se por detrás desta conflitualidade, desde a luta pelos importantes recursos naturais, a luta pelo poder, a vertente religiosa, no fundo o choque de interesses daqueles que se encontram em disputa.

Mas qual a importância estratégica de África? O continente africano tem vindo a ser considerado como uma terra de oportunidades nos diversos domínios, como por exemplo o económico e o comercial, tendo aumentado o interesse de diversos atores neste continente. Assim, desde logo os seus recursos naturais, a influência dos governos, as populações por um lado e as suas elites por outro, vêm contribuindo para uma instabilidade na região. A existência de Estados frágeis, onde a fome, pobreza e guerra são uma realidade, potencia a existência de conflitos regionais, sendo um fator de instabilidade regional e a nível global, sendo que, na ausência de capacidade por parte dos Estados, e dada o conceito global de segurança, diversas Organizações Internacionais assumem essa capacidade. África enquadra-se neste conceito, sendo que a existência de Estados frágeis e os conflitos regionais são uma realidade atual.

Um dos fatores de instabilidade regional em África prende-se com as suas fronteiras, nomeadamente no que diz respeito à diferença entre as suas fronteiras territoriais que por vezes não coincidem com as fronteiras étnicas. Este fator está na base nas conhecidas disputas religiosas e étnicas que se propagam pelo continente africano (Cravinho, 2006, p. 1185). Os recursos naturais existentes em África designadamente o petróleo, o gás e os diamantes, entre outros, são também potenciadores de conflitos, nomeadamente no que diz respeito ao controlo do seu acesso e de vias de comunicação em direção aos mercados. Importa referir, e por ser objeto deste trabalho, a questão da boa governação⁵, no caso de África, da governação

⁵ Com um enfoque nas valências fundamentais que deverão existir em qualquer Estado democrático: garantia da segurança e do bem-estar das suas populações (Marques, 2011, p. 5).

deficiente, em que o Estado não detém capacidade para garantir a segurança e o bem-estar das suas próprias populações, é também um fator gerador de instabilidade a nível regional e de conflitos que têm repercussões à escala global (Bernardino, 2008, pp. 82-85). A falta da lei e da ordem são fatores potenciadores do crime em geral, do terrorismo e do tráfico de droga e pirataria em particular. Na incapacidade de lidar com este tipo de ameaça, as Nações Unidas têm enviado forças para o Continente Africano⁶ com vista a garantir a segurança internacional, atuando junto dos locais de origem dos conflitos.

De facto, diversas causas estão na origem dos conflitos regionais em África, já enunciámos algumas nos parágrafos anteriores. Importa agora determinar qual o papel que poderá ser desempenhado no intuito de contribuir para a segurança e o desenvolvimento, áreas intrinsecamente ligadas e para as quais, Portugal tem contribuído no âmbito da sua política externa. Referimo-nos agora à segurança, e à Reforma do Sector de Segurança (RSS) necessárias ou melhor indispensáveis para a garantia da estabilidade e a promoção do desenvolvimento. Esta RSS passa pela existência de um enquadramento legal e/ou constitucional que proporcione o uso legítimo da força de acordo com as normas e princípios dos direitos humanos; pela existência de um sistema institucional de governação; pela existência de capacidades e mecanismos de interação entre os seus atores que proporcionem uma segurança eficaz e por fim a existência de uma cultura de unidade, integridade, disciplina, imparcialidade e respeito pelos direitos humanos entre todos os intervenientes (Seabra, 2010, pp. 10-11).

A “Reforma do Sector de Segurança é a transformação do sistema de segurança que inclui todos os atores, os seus papéis, responsabilidades e ações de modo a que seja gerido e operado de uma forma que seja mais consistente com normas democráticas e princípios sólidos de *Good Governance*”, assim contribuindo para um bom funcionamento da estrutura de segurança existente.” (OCDE, 2001, p. 38).

É nesta área que Portugal, através da vertente da cooperação, tem desempenhado um papel importante. Assim, ainda no âmbito da RSS, e restringindo o âmbito à vertente militar e às Forças e Serviços de Segurança, importa fazer uma aproximação ao seu papel como contributo de valor para o sector de segurança.

⁶ Relembramos o caso da Somália em 1994.

⁷ Ver corpo de conceitos.

Vimos anteriormente que a Reforma do Sector de Segurança é o pilar para a criação de um Estado com capacidade para garantir a segurança e bem-estar das suas populações, sendo o único poder vigente que detém a autoridade coerciva. Assim considera-se um passo indispensável para garantir a estabilidade de um Estado, estando interligada com as restantes dimensões, como a económica, social, entre outras. Da segurança se caminha para o desenvolvimento sustentado, sem a qual este não se encontra assegurado.

Portugal, nesta vertente de segurança e defesa contribui num plano multilateral no seio da CPLP. Contribui também, num plano bilateral, através do estabelecimento de ações de cooperação para o apoio ao desenvolvimento e na vertente técnico-militar e técnico-policial.

É na vertente de segurança e defesa e no apoio ao desenvolvimento que surge a CTM e a CTP. O papel da CTM e CTP é abrangente, contribuindo no todo para o estado final desejado que é a segurança⁸ e o desenvolvimento.

Já referimos anteriormente que a falta de capacidade do Estado em garantir a lei e a ordem propiciará para a criação de condições favoráveis à existência de poderes paralelos, ou seja, a criação de elites que dominam uma parte do poder. Referimo-nos ao crime organizado e ao terrorismo. Aqui neste vetor é onde a CTM e a CTP poderão fazer a diferença. O instrumento militar e policial pode ser empenhado nas várias fases do ciclo de vida de um conflito, podendo atuar na manutenção da paz, na imposição da paz, na prevenção de conflitos, no restabelecimento da paz, na consolidação da paz e em operações humanitárias.⁹ No âmbito da Reforma do Sector de Segurança (RSS) através da capacitação das instituições, através nas operações de apoio à paz, através da assessoria prestada e formação dos seus quadros e o contributo para a boa governação. O que se pretende é criar condições para garantir um efetivo Estado de Direito, desenvolvendo a boa governação no sentido de promover o desenvolvimento interligado com a segurança (Seabra, 2011, p. 40). A título de exemplo apresentamos o processo de paz em Moçambique, em que Portugal participou com unidades militares, tendo como funções o apoio à implementação das Forças Armadas de Moçambique, criação de infraestruturas militares, formação de unidades, entre outras. Sendo um caso de sucesso, afirma-se aqui o contributo da cooperação técnico militar para a criação das condições

⁸ A paz e o bem-estar das populações.

⁹ AJP-3.2 Allied Land Operations.

de segurança e bem-estar numa situação de conflito, tendo como estado final, criar e manter as condições de estabilidade na região.

Face ao exposto, poder-se-á afirmar que a CTP e a CTM contribuem para a segurança e desenvolvimento em África, pelo que se considera validada a H1.

2. Enquadramento legal da Cooperação Portuguesa no âmbito da CPLP

a. Constituição da República Portuguesa

Na Constituição da República Portuguesa vem plasmado, desde a sua revisão de 1989, de entre os princípios fundamentais do Estado Português, e no que concerne às relações internacionais, “Portugal mantém laços privilegiados de amizade e cooperação com os países de língua portuguesa”¹⁰ (art.º 7 da Constituição da República Portuguesa). Assim, perante os países de língua portuguesa assume-se uma relação privilegiada de cooperação, a qual não vem aprofundada neste documento, nem seria o seu objetivo, pois apresentam os princípios do Estado Português.

Numa outra perspetiva, e julgamos nós, de certa forma pertinente, encontra-se relacionada com a questão da língua, a qual decorre das tarefas fundamentais do Estado, “defender o uso e promover a difusão internacional da língua portuguesa”(Art.º 9 da Constituição da República Portuguesa), sendo de forma direcionada para uma questão específica, que, contudo, poderá necessitar de outros pilares como base para a sua difusão internacional.

b. Programas do Governo

O programa do XIII governo, no que concerne à política externa de cooperação, definiu como os seus domínios prioritários, a promoção e defesa da língua portuguesa, a saúde, a educação e o apoio à formação científica, a cooperação institucional (assistência técnica e formação), e a cooperação técnico-militar (formação), a promoção da cooperação empresarial e o apoio ao desenvolvimento do sector privado.

Foi a 17 de Julho de 1996 e no âmbito deste governo que ficou definida a data de criação da CPLP, por ocasião do encontro de Chefes de Estado e de Governo dos Países de Língua Portuguesa que teve lugar em Lisboa.

Foi através da Resolução do Conselho de Ministros (RCM) nº 43/99, de 18 de Maio, “A Cooperação Portuguesa no Limiar do Século XXI”, veio estabelecer a orientação da política da Cooperação Portuguesa para o desenvolvimento, “o importante desafio que se coloca a Portugal é o de saber articular, nos planos político, económico e cultural, a dinâmica da sua integração europeia com a dinâmica de constituição de uma comunidade, estruturada nas relações com os países e as comunidades de língua

portuguesa no mundo, e de reaproximação a outros povos e regiões.” (Preâmbulo da Resolução de Conselho de Ministros nº 43/99 de 18 de Maio).

Na sua continuidade, em 2005 foram definidos objetivos claros relativos à cooperação portuguesa, elencados através da Resolução de Conselho de Ministros nº 196/2005 de 22 de Dezembro. Considera-se como a visão estratégica da cooperação portuguesa, na qual se revê a linha de orientação voltada para os Países Africanos. Desde logo, a relação com os países africanos de expressão portuguesa, a ligação a Timor-Leste, a língua portuguesa, como do antecedente, considerada um valor importante para a política externa, são definições das áreas consideradas prioritárias no âmbito da cooperação (Guedes & Elias, 2010, p. 93) .

O programa do XVII governo, refere, como um dos pilares da sua ação diplomática, a valorização da lusofonia. Importa valorizar o papel da CPLP como ferramenta privilegiada de projeção da língua portuguesa, assim como a instância principal para o estabelecimento de relações a nível diplomático, cultural e económico.

Através da RCM nº 73/2009 de 30 de Julho foi definida a Estratégia Nacional sobre Segurança e Desenvolvimento, a qual dá ênfase à segurança humana, nas suas vertentes de segurança pública e desenvolvimento humano. De Acordo com esta Resolução “O Estado Português desenvolve relações de cooperação privilegiadas com um conjunto de Estados considerados em situação de fragilidade, cujo desenvolvimento requer mecanismos de reforço das suas funções de soberania, tais como a criação de condições de segurança interna e de defesa e um sistema de justiça eficaz e acessível a todos os cidadãos.” (nº 1 da Resolução de Conselho de Ministros nº 73/2009). Daqui decorre a intenção de focar a sua atenção na prevenção de conflitos assim como na consolidação da paz, necessitando de uma cooperação mais consistente. A segurança e o desenvolvimento sustentado intrinsecamente ligados.

Está definido na Resolução que “O potencial de cooperação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), em especial na área da defesa e segurança, é muito significativo, atendendo a que se trata do único fórum onde as questões de segurança e desenvolvimento globais e pluricontinentais podem ser abordadas num quadro identitário próprio, envolvendo uma rede que, em termos de organizações internacionais, integra a ONU, a UE, o MERCOSUL, a União Africana, a ASEAN, a NATO, a CEDEAO, a EEAC, a SADC, entre outras.” (nº 2.1 da Resolução de Conselho de Ministros nº 73/2009).

De facto, esta resolução vem abordar, entre outras, duas áreas no âmbito da cooperação e, sendo objeto de estudo deste trabalho de investigação, serão por tal fato abordadas no decorrer deste e dos próximos capítulos. Referimo-nos à cooperação técnico- militar e a cooperação técnico – policial. De onde surgem estas duas vertentes, poder-se-ia questionar. Decorrem da necessidade da segurança humana e do desenvolvimento, intimamente relacionados. Neste aspeto importa envolver diversos atores entre os quais se destacam as forças e serviços de segurança e as forças armadas. Assim, quer na área da cooperação militar, onde o apoio se direciona na organização das estruturas de organização militar, na formação militar em si mesmo, quer na cooperação técnico – policial, direcionando de igual forma o seu esforço no apoio na organização e formação com vista à obtenção de uma autonomia na estabilidade externa e interna (Guedes & Elias, 2010, p. 95).

Ainda neste documento, são definidos os programas de cooperação técnico-militar e a cooperação técnico – policial, entre outros programas de cooperação. Estes programas indicativos de cooperação (PIC) serão abordados no próximo capítulo de forma mais específica.

c. Defesa Nacional

No que respeita à ação do Estado Português no garante da soberania do Estado, a independência nacional e a integridade do território, por um lado, por outro a questão da segurança e liberdade das populações, contra ameaças ou agressões externas, quer a CRP no seu artigo 273, quer a Lei de defesa nacional¹¹, no seu artigo primeiro, constitui-se na designada Defesa Nacional. Os compromissos internacionais do Estado, no âmbito militar, decorrem da Defesa Nacional. Aqui, dando ênfase natural às Forças Armadas, prevê no entanto, uma cooperação com as Forças e Serviços de Segurança no âmbito das ameaças transnacionais, prevendo de igual forma a colaboração das Forças de Segurança no âmbito da defesa nacional. Importa aqui realçar a ligação, em termos legais, entre as Forças Armadas e as Forças e Serviços de Segurança, sendo que cada vez mais se torna necessário a estreita colaboração entre as demais entidades na prossecução dos objetivos do Estado Português (Guedes & Elias, 2010, p. 97).

O Conceito Estratégico de Defesa Nacional (CEDN), ainda que do ano de 2003, aponta para a importância da CPLP como instrumento fundamental para a afirmação

¹¹ Lei nº 31-A/2009 de 07 de Julho.

lusófona nas instituições internacionais. A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa é um instrumento relevante para o relacionamento, e citando o CEDN, “entre povos ligados pela história, pela cultura e pela língua, para a afirmação lusófona nas instituições internacionais e para a efetivação de uma comunidade de valores e interesses económicos, culturais e de cidadania. No âmbito da defesa nacional, a importância da CPLP deve ser acentuada para, nomeadamente: Reforçar a sua dimensão de defesa; desenvolver a cooperação de defesa, militar e não militar, numa base solidária, profissional e de respeito mútuo pela individualidade dos Estados; intensificar a cooperação multilateral no âmbito da CPLP, de forma a contribuir para a valorização do conjunto dos países de língua portuguesa ao nível das Nações Unidas; intensificar as relações bilaterais entre Portugal e os Estados lusófonos.” (nº 7.5 do CEDN).

d. A Segurança Interna

Por seu lado, também no âmbito da segurança interna importa abordar a atuação das forças e serviços de segurança numa dimensão externa, contribuindo para a valorização de Portugal a nível internacional.

Assim, decorre da Lei de Segurança Interna (LSI) a possibilidade de “no quadro dos compromissos internacionais e das normas aplicáveis do direito internacional, as forças e os serviços de segurança podem atuar fora do espaço referido no número anterior, em cooperação com organismos e serviços de Estados estrangeiros ou com organizações internacionais de que Portugal faça parte, tendo em vista, em especial, o aprofundamento do espaço de liberdade, segurança e justiça da União Europeia.” (nº 2 do Art.º 4 da LSI).

Encontra-se definido na LSI quais as Forças e Serviços de Segurança que, atuando numa dimensão externa, em que a CPLP assume um vetor importante, contribuem para os objetivos definidos para a política externa de cooperação portuguesa com os países lusófonos.

e. A cooperação e a CPLP

A criação da CPLP em 17 de Julho de 1996, veio despoletar de forma mais direccionada a questão da cooperação. Como já foi referido anteriormente, quer em 2005¹², quer em 2009¹³ denota-se um direccionamento para a vertente externa lusófona, por parte de Portugal.

Descendo agora na estrutura e reportando-nos à vertente de segurança e defesa, importa desde logo mencionar o Programa de Apoio às Missões de Paz em África (PAMPA)¹⁴. Este programa determina eixos de ação, dos quais destacaremos pela ligação direta ao teor deste trabalho, a capacitação institucional no âmbito da segurança e defesa e a formação de militares dos países africanos. Refira-se apenas a título de comentário a ausência de qualquer referência às forças de segurança, sendo apenas mencionada a vertente das Forças Armadas. Em 2006 foi elaborado o “Protocolo de Cooperação da CPLP no Domínio da Defesa”¹⁵ que veio ainda mais dar uma dinâmica crescente no âmbito da CTM.

Voltando um pouco atrás, ao documento “Uma Visão Estratégica para a Cooperação”, este veio reforçar a importância da segurança humana, da sua reforma, e o seu papel para o desenvolvimento. Aqui o papel da CTM e agora mencionada de forma explícita da CTP, é de primordial valor para a reforma da vertente segurança como um todo.

Na Cimeira do Milénio, os Estados foram incentivados no sentido de desenvolverem programas, quer de âmbito bilateral quer de âmbito multilateral, com os

¹² Uma Visão Estratégica para a Cooperação.

¹³ Estratégia Nacional sobre Segurança e Desenvolvimento.

¹⁴ <http://ema.marinha.pt/PT/actividade/programas/Documents/PAMPA.pdf>

¹⁵

Foram definidos os seguintes vetores: (i) A solidariedade entre os estados-membros em situações de desastre ou agressão; (ii) A sensibilização das comunidades nacionais quanto à importância do papel das FFAA na defesa da Nação; (iii) A troca de informação, o intercâmbio de experiências e metodologias, e a adoção de medidas de fortalecimento da confiança entre as FFAA dos estados-membros; (iv) O prosseguimento dos exercícios militares conjuntos e combinados da série “FELINO”; (v) A procura de sinergias para o reforço do controlo e fiscalização das águas territoriais e da zona económica exclusiva dos países da CPLP, com o emprego conjunto de meios aéreos e navais.

Estados mais débeis, com vista a auxiliá-los sobre as suas diversas vertentes com vista ao estado final pretendido, ou seja o desenvolvimento.

De realçar que o Secretário-geral das Nações Unidas estabeleceu a ligação e interdependência atrás mencionada, ou seja, o desenvolvimento correlacionado ao ambiente de segurança.

Em Portugal, como já referido anteriormente, o reforço da cooperação externa com os países da CPLP encontrou um novo ímpeto através do documento estratégico para a cooperação, sob o título “Uma visão estratégica para a cooperação portuguesa”¹⁶ e posteriormente com a Estratégia Nacional sobre Segurança e Desenvolvimento.¹⁷ A cooperação portuguesa reflete, assim, os objetivos do Estado português na prossecução dos ODM pelos Estados frágeis. É a partir daqui que se norteia a CTM e CTP na prossecução dos objetivos da política externa de Portugal, no que concerne à CPLP.

f. Síntese Conclusiva

Diversos fatores estão na génese da ligação portuguesa a África. Desde logo a sua ligação histórica, bem como a lusofonia. Assim, estes fatores têm potenciado uma estreita ligação com os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), sendo um impulsionador da cooperação no apoio ao desenvolvimento sustentado. Por outro lado, integrando a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), União Europeia (EU) e a Organização das Nações Unidas (ONU) e a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), é um parceiro atrativo para a cooperação, designadamente em questões de defesa e segurança.

Nos seus documentos estruturantes, começando pela CRP, pelos Programas do Governo, a visão estratégica para a cooperação, estratégia Nacional sobre a Segurança e Desenvolvimento, em específico do CEDN, e da Lei de Segurança Interna, vem plasmado a importância da cooperação com os países da CPLP. Esta cooperação poderá ser desenvolvida a vários níveis, sendo que a cooperação técnica-militar, está consagrada e previstas nestes documentos enquadrantes. A cooperação técnico-policial apenas vem referenciada mais recentemente, na Lei de Segurança Interna, não existindo qualquer referência no CEDN. Pelo que se considera infirmada a hipótese 2: Existe um quadro legal comum para a cooperação técnico militar e para a cooperação técnico militar.

¹⁶ Aprovada através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 196/2005, de 22 de Dezembro.

¹⁷ Aprovada através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 73/2009 de 30 de Julho.

3. Objetivos, linhas de orientação e atividades desenvolvidas no âmbito da CTM e da CTP

a. As vertentes da cooperação

As abordagens tradicionais referem a existência de duas vertentes base de cooperação: a bilateral e a multilateral. Abordaremos cada uma delas e a sua evolução para uma abordagem interrelacionada e abrangente.

1) A cooperação bilateral

No plano da cooperação bilateral, a ajuda prestada tem o seu foco no País destinatário de forma direta através das diversas áreas de atuação, contudo e por ser o objeto deste trabalho, apenas nos centraremos na cooperação técnica, militar e policial.

Assim, a cooperação bilateral portuguesa tem sido vocacionada essencialmente para os países da CPLP¹⁸. “De acordo com a classificação das Nações Unidas, dos seis países principais destinatários da APD portuguesa cinco são Países Menos Avançados (PMA) (Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, S. Tome e Príncipe e Timor- Leste). Além disso, destes, 3 são pequenos Estados insulares (Cabo Verde, S. Tome e Príncipe e Timor-Leste) e 3 estão em situação de pós-conflito e grande fragilidade (Angola, Guiné- Bissau e Timor- Leste)” (IPAD, 2011, p. 151).

De entre as áreas de cooperação, a governação, na qual se enquadram a cooperação técnico militar e técnico policial, representam cerca de um quarto da cooperação bilateral portuguesa.

2) A cooperação multilateral

No caso de Portugal, a vertente de cooperação multilateral incide nas prioridades estabelecidas no âmbito da sua política externa, bem como em consonância com as suas linhas de cooperação bilateral, designadamente incidindo as suas prioridades nos Países menos Avançados e estados frágeis, dos quais se destacam os PALOP; o enfoque no cumprimento dos objetivos do milénio; o papel desempenhado para a

¹⁸ Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, S. Tomé e Príncipe e Timor-Leste, representam quase dois terços da APD bilateral (Cabo Verde, Timor-Leste e Moçambique com partes superiores a 10% cada, e Angola, Guiné-Bissau e S. Tomé com cerca de 5%)

estabilização interna e internacional como forma de promover o desenvolvimento (IPAD, 2010, p. 22).

De acordo com a visão estratégica para a Cooperação Portuguesa no âmbito da CPLP, refere a utilização da língua como forma potenciadora de ações com o envolvimento de vários países. Assim, e no caso particular da cooperação técnico militar e técnico policial, com base nos programas indicativos de cooperação estabelecidos para a cooperação bilateral com enfoque na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

b. Cooperação técnico-policial

De acordo com a visão estratégica para a cooperação de Portugal, a sua vertente Técnico-Policial tem por objetivo contribuir para a organização do sistema de segurança interna, controlo de fronteiras, gestão de informações, manutenção da ordem pública e combate à criminalidade, privilegiando as relações entre forças e serviços de segurança ao nível da organização, métodos, formação e treino. Assim, e citando Armando Marques Guedes (2011, p. 149) “ a CTP pode revestir a vertente de formação, assessoria dos quadros locais, e capacitação institucional”. Portugal tem direcionado o seu esforço de cooperação para a formação, deixando para trás a vertente de doação de bens e serviços. Assim, falta, a par da formação e da assessoria prestada, importa equacionar o fornecimento de equipamento, vertente na qual Portugal perde em relação aos demais países doadores.

Assim, a cooperação técnico-policial tem por base desenvolver as formas de organização do sistema de segurança, quer ao nível das suas estruturas e organização, a nível da formação e treino, e bem assim a assessoria técnica nas mais diversas vertentes, como por exemplo a vertente de legislação. Toda esta ação vai de encontro à necessária capacidade do Estado em garantir a segurança das populações, contribuindo também para a consolidação da democracia e do Estado de Direito, condições necessárias para atingir a estabilidade e o ponto de partida para o desenvolvimento (IPAD, 2006, p. 20).

Como já foi referido anteriormente, as forças e serviços de segurança podem atuar fora do território nacional¹⁹ tendo em vista a prossecução dos objetivos da política externa portuguesa.

¹⁹ N.º 2, Art.º 4 da LSI.

De acordo com o Decreto lei nº 203/2006 de 27 de Outubro, Artigo nº 2, alínea m) o MAI é responsável pela “manutenção de relações no domínio da política de administração interna com outros governos e organizações internacionais (...)”. Contudo, é através da Direção-Geral de Administração Interna (DGAI) que é efetuada a coordenação da participação das forças e serviços de segurança do MAI em missões internacionais. No âmbito das relações internacionais, de acordo com o art.º 2º da Lei-Orgânica da DGAI²⁰, esta tem como atribuições, apoiar a definição e a execução da Política de relações internacionais e a cooperação no âmbito do MAI; articular as ações de cooperação em matéria de segurança interna e técnico-policial, coordenar a política de imigração e fronteiras e administração eleitoral, em particular com os países da CPLP; assegurar a cooperação das relações externas e da Política de cooperação entre todos os serviços e organismos do MAI; assegurar a coordenação e a ligação funcional e técnica com os Oficiais de Ligação do MAI junto das missões diplomáticas de Portugal; e assegurar a representação do MAI na Comissão Interministerial para os Assunto Europeus, na CIC, no secretariado permanente da CIC e no secretariado permanente da Conferência dos Ministros da Administração Interna e da Segurança da CPLP.

Ao nível dos Comandos e Direções das forças e serviços de segurança encontra-se uma estrutura definida com funções de coordenação das ações desencadeadas em cada área.

Assim na GNR, cabe à Divisão de Planeamento Estratégico e Relações Internacionais (DPERI) essa coordenação, na dependência direta do seu Comandante-Geral. Na PSP, vários departamentos com funções de coordenação, contudo o departamento de formação está vocacionado para a cooperação técnico-policial com os PALOP. Por fim o SEF, com a existência na sua estrutura de um gabinete de relações internacionais e cooperação, na dependência direta do Diretor do SEF. (Guedes & Elias, 2010, p. 136)

Assim, na estrutura da cooperação técnico-policial, encontramos o Governo, responsável pela definição da sua política de cooperação, a DGAI e o IPAD responsáveis pela coordenação das atividades de cooperação, e por fim as Forças e serviços de segurança, responsáveis pela sua execução (Lima & Al., 2011, p. 11).

²⁰ Aprovada através do Decreto-Lei n.º 78/2007 de 29 de Março.

Não queríamos deixar de referir a importância dos Oficiais de Ligação do MAI neste processo, bem como o seu papel na ligação com os países onde a CTP está a ser executada.

Tendo abordado em termos gerais sobre os objetivos e linhas de orientação da CTP, importa agora ir de encontro ao que foi feito em concreto nesta matéria.

Assim, e tendo sido limitado no início do trabalho ao Estado de Angola, iremos abordar em pormenor esta questão. Por fim teceremos algumas breves considerações, no âmbito da CTP, sobre os restantes países integrantes na CPLP, com exceção do Brasil.

1) Angola

Iniciando a abordagem através das relações estabelecidas a nível bilateral, entre Portugal e Angola, importa desde logo tecer algumas considerações sobre o seu objetivo e respetivas linhas de orientação.

A CTP com Angola visa contribuir para se alcançar a segurança e bem-estar da sua população. Para tal assume um papel importante na Reforma do Setor de Segurança de Angola, cuja importância global já foi elencada no capítulo anterior.

Nesta linha contribui de forma decisiva para a criação das estruturas de funcionamento do Estado, em particular na vertente da Segurança Interna a qual concorre para o objetivo último do Estado, em ser o garante da segurança e bem-estar da sua população, criando um sentimento de segurança e confiança nas estruturas estatais. Este contributo vai de encontro à manutenção da estabilidade em Angola, prevenindo desta forma a geração de conflitos internos, os quais iriam afetar toda a região e posteriormente a nível global.

Portugal e Angola assinaram, em matéria de segurança interna, um acordo que decorre do Decreto - Lei n.º 25/97, de 31 de Maio. Aqui manifestou-se já a intenção da cooperação técnica através de ações de formação dirigido aos seus quadros, ao fornecimento de material, o apoio na elaboração de estudos, e a prestação de serviços.

Contudo, com a assinatura dos Acordos de Paz de Luena, entre o governo e a UNITA é que Angola alcançou a Paz. As décadas em que o conflito esteve presente degradaram as estruturas do Estado, pondo em causa a segurança e bem-estar da população, aliado às dificuldades económicas e sociais decorrentes do conflito.

Desde então, os objetivos do Estado vão de encontro a consolidar a estabilidade política, a capacitação institucional e alcançar a boa governação. Daqui parte-se para o restante processo de reconstrução, caminhando-se para um desenvolvimento sustentado.

O papel da CTP nos objetivos do Estado Angolano é importante nos três vetores mencionados, pois são a base para se alcançar a segurança.

A CTP com Angola visa contribuir, diretamente, para a capacitação da Polícia Nacional de Angola. Para tal tem desenvolvido diversas atividades desde o ano de 2004.

As áreas de intervenção asseguradas enquadram-se na área da Boa Governação, Participação e Democracia, concorrendo para a consolidação do Estado de Direito, em específico na vertente da segurança interna, através de formação e treino dos quadros das Forças de Segurança, da assessoria, da assistência técnica.

Em 2002, Angola desenvolveu o PMDPNA (Plano de Modernização e Desenvolvimento da Polícia Nacional de Angola 2002-2012), o qual tem em vista a reestruturação da sua Polícia Nacional a nível das suas estruturas, a formação técnico-profissional dos seus quadros, as necessárias infraestruturas, a melhoria das condições dos seus efetivos e por fim a redução da criminalidade.

Referindo-nos agora ao papel de Portugal sobre a capacitação do sector de segurança em Angola. Em termos de CTP, o contributo de Portugal na capacitação do sistema de segurança interna foi a colocação de Oficiais de Ligação em permanência em Angola. Em 2006 foi colocado o Oficial de Ligação do Ministério da Administração Interna, e posteriormente do Oficial de Ligação de Imigração no ano de 2009. Acrescem ainda os programas de cooperação técnico-policial que decorreram até 2010. A cooperação técnica-policial, na vertente de formação de quadros, tem sido garantida através da intervenção em três fases distintas. Na fase I, o esforço foi no sentido de ministrar formação aos quadros das Forças e Serviços de Segurança Angolanos (capacitação). Esta formação decorreu essencialmente em Angola, salvaguardando determinadas áreas específicas ministradas em Portugal. A título de exemplo, no ano de 2006, a Guarda Nacional Republicana ministrou formação em território angolano a 394 formandos, em diversas áreas como a ordem pública, a vertente fiscal, o trânsito, a investigação criminal. Na fase II, pretendeu-se formar formadores angolanos em Portugal, a par da continuação das ações da fase I. Assim, no ano de 2008, foram formados em Portugal, pela Guarda Nacional Republicana, cerca de 24 elementos das Forças e Serviços de Angola com vista a assumirem as funções de formadores no seu país. Na fase III, os formadores angolanos assumem o papel de formadores em ações de formação em Angola, com a assessoria de formadores portugueses (IPAD, 2011, p. 9).

Todas estas fases da intervenção portuguesa no âmbito da CTP visaram capacitar as Forças e Serviços de Segurança de Angola como serviços estruturados, organizados,

eficientes e eficazes, contribuindo para que a população os veja como o garante da sua segurança, papel desempenhado pelo Estado, sendo um requisito essencial para o sucesso do desenvolvimento de Angola.

A par destas ações de formação existe a formação e qualificação de quadros superiores das forças e serviços de segurança de Angola, nomeadamente através da frequência dos cursos de formação de oficiais no Instituto Superior de Ciências Policiais e de Segurança Interna (ISCPSI) e na Academia Militar (AM) na sua vertente de segurança, no Instituto de Estudos Superiores Militares (IESM) na vertente de segurança. Em Angola, a assessoria prestada nas diversas vertentes nas suas Unidades de formação tem sido valiosa, através da permanência de formadores portugueses nessas Instituições durante a duração do ano letivo.

Passando agora a referir o grupo-alvo da CTP. Numa forma direta atingir-se-á as Forças e Serviços de Segurança de Angola, através da valorização e capacitação dos seus quadros, o que, necessariamente irá afetar todas as Instituições que integram a área de segurança. Aqui importa referir que a formação afetará os diversos níveis hierárquicos permitindo incrementar uma dinâmica organizacional.

Numa segunda linha, encontra-se a População, ou seja, quem beneficia da sua ação. É importante mencionar este grupo-alvo, pois a instabilidade e a insegurança da população está na génese dos conflitos, e, Forças e Serviços de Segurança com efetivos bem preparados aos diversos níveis contribuirão para um sentimento de segurança da População e na aceitação do Estado como o seu responsável. Uma das preocupações das Forças de Segurança de Angola é também a criminalidade, pelo que Forças e Serviços de Segurança mais capazes permitirão uma maior contenção nesta matéria.

Em relação ao financiamento destas intervenções no âmbito da CTP, importa referir que as entidades financiadoras são o Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento²¹ (IPAD) e o Ministério da Administração Interna (MAI), este com maior peso, nos anos recentes²².

Passando agora a uma abordagem a nível multilateral, considerando agora a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, onde Portugal e Angola estão inseridos, falaremos agora da cooperação policial.

²¹ Depende do Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE).

²² No ano de 2011 o Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento contribuiu com € 306.879,05 e o Ministério da Administração Interna com € 855.868,14, perfazendo um total de € 1.162.747,19.€ no âmbito do programa de cooperação técnico-policial com Angola. (IPAD, 2011, p. 10).

No ano de 2008, foi assinado o Protocolo de Cooperação entre os Países de Língua Portuguesa no Domínio da Segurança Pública²³. De acordo com este protocolo, Este Protocolo pretende-se promover a cooperação em matérias do domínio policial, difundir informações sobre atividades criminosas, analisar estratégias comuns de prevenção e combate à criminalidade, promover troca de experiências, promover estratégias conjuntas de treino e formação e promover estratégias de cooperação multilateral em matérias específicas.

Alguns pequenos passos foram sendo dados, nomeadamente através de projetos de cooperação específicas, na área do policiamento de proximidades, coordenada pela Polícia de Segurança Pública Portuguesa, e na área da proteção da natureza e ambiente, coordenada pela Guarda Nacional Republicana de Portugal.

Não constando deste protocolo, mas fruto da experiência das Forças de segurança Portuguesas em missões de apoio à paz, julga-se importante referir, mesmo na intervenção em Angola, o papel importante por estes desempenhados, podendo contribuir, se necessário, para a formação de quadros nesta matéria.

Este conjunto de medidas avançadas a nível multilateral vem de encontro aos objetivos preconizados pela CPLP, onde a estabilidade e a segurança são elementos essenciais da consolidação de Estados.

2) Moçambique

Para Moçambique, e tendo por referência o PIC 2011-14, a vertente de CTP, a par com a CTM, assume relevância na área da boa governação, onde a consolidação dos sistemas de segurança é uma das prioridades. Assim, a CTP vai no sentido de ir de encontro aos objetivos estratégicos de Moçambique, ou seja, garantir a segurança de pessoas e bens, a paz e tranquilidade pública e o combate ao crime. Assim, através do Projeto Bandeira 1²⁴, a atuação vai ser no sentido de capacitar o Ministério do Interior com vista à melhoria dos serviços nas áreas da criminalidade, identificação de cidadãos, salvação pública e migração.

Importa referenciar as ações de formação para Oficiais realizadas em Portugal, por um lado, e as ações desenvolvidas, quer pela GNR quer pela PSP, na Academia em Moçambique, versando sobre diversas matérias.

²³ <http://www.dgai.mai.gov.pt/cms/files/conteudos/protocoloCPLP.pdf> acedido em 10 de Abril de 2012.

²⁴ Projeto de apoio institucional ao Ministério do Interior.

Todo este processo decorre também do Acordo assinado entre Portugal e Angola em Matéria de Segurança Interna²⁵ (Guedes & Elias, 2010, p. 150).

3) Cabo Verde

Tendo por referência o PIC 2008-2011, a CTP de Portugal com Cabo Verde é conseguida através da execução de um Projeto de Cooperação Técnico-Policial referente aos anos 2008-2010.

Este tem como objetivo a melhoria do funcionamento interno da Policia Nacional de Cabo Verde, visa a formação técnico-profissional do seu quadro de pessoal, a modernização técnica, logística e infraestrutural, o melhoramento das condições sociais dos efetivos e a contenção da taxa de criminalidade e de sinistralidade rodoviária.

Assim neste programa de cooperação são desenvolvidas atividades de formação, quer em Portugal, quer em Cabo Verde, nas áreas mencionadas no parágrafo anterior, assim como o desenvolvimento de assessoria em Cabo Verde (IPAD, 2008, p. 55).

Existem diversos programas de cooperação bilateral²⁶ onde se enquadram as ações referidas, incidindo sobre forças do Ministério da Administração Interna, designadamente da sua Policia Nacional e o Serviço Nacional de Proteção Civil.

4) Guiné-Bissau

Portugal assinou, a 21 de Agosto de 2007, um Memorando de Entendimento para o Combate ao Narcotráfico na Guiné-Bissau fruto da sua utilização por redes internacionais de narcotráfico. Aqui o papel da CTP é de primordial importância fruto dos resultados que se pretendem obter no âmbito da segurança interna, face ao crime organizado.

A intervenção de Portugal na Guiné Bissau no âmbito da CTP tem como objetivo desenvolver as capacidades técnicas e operacionais das Forças e Serviços de Segurança, designadamente a Policia de Ordem Pública (POP) e a Direcção-Geral de Migrações e Fronteiras.

²⁵ Acordo de Cooperação em Matéria de Segurança Interna, previsto no Decreto-Lei nº 57/97 de 08 de Outubro.

²⁶ Em especial o Acordo de Cooperação Técnica no Domínio de Polícia entre Portugal e Cabo Verde, previsto no Decreto-lei nº 35/90 de 09 de Agosto.

Assim as suas ações incidem nas áreas de formação e assessoria técnica ao Ministério do interior e à POP, à Direcção-Geral de Migração e Fronteiras, bem como o fornecimento de equipamento no âmbito da ordem pública (IPAD, 2008, p. 45).

Estas ações encontram-se inseridas num Acordo assinado entre Portugal e Guiné Bissau no domínio da Administração Interna²⁷ (Guedes & Elias, 2010, p. 152).

5) São Tomé e Príncipe

De acordo com o PIC 2008-2011, a CTP em São Tomé e Príncipe tem como objetivo contribuir para o desenvolvimento do sistema de segurança interna e as suas estruturas, do controlo de fronteiras, da gestão de informações, da ordem pública e do combate à criminalidade, da formação e do treino (IPAD, 2008b, p. 43).

No que concerne à CTP a área de intervenção respeitante à cooperação na área da polícia e segurança tem como alvos as Forças e Serviços de Segurança na tutela do Ministério da Defesa e Ordem Interna de São Tomé e Príncipe, designadamente a Polícia Nacional, o Serviço de Migração e o Serviço de Bombeiros e Proteção Civil. (Guedes & Elias, 2010, p. 153) Possui como objetivos a melhoria da capacidade da Polícia na prevenção e combate do crime, a formação dos quadros da Polícia Nacional de São Tomé e Príncipe (PNSTP) nas áreas da manutenção da ordem, da segurança em geral e da proteção das fronteiras marítimas e terrestre, no socorro e proteção civil, com um incremento da assessoria técnica especializada (IPAD, 2008c, p. 62).

Estas ações encontram-se inseridas num Acordo assinado entre Portugal e São Tomé e Príncipe no domínio Policial.²⁸

6) Timor-Leste

A cooperação de Portugal com Timor-Leste iniciou-se em 1999, incidindo sobre a assistência humanitária (1999-2002). De entre os vários eixos estratégicos de intervenção, a boa governação destaca-se como condição para o desenvolvimento. Neste aspeto, a consolidação do sistema de segurança interna, a par de outros fatores, concorre para o fomento da estabilidade e o desenvolvimento. O objetivo da cooperação portuguesa é contribuir para o garante da segurança pública de Timor Leste.

²⁷ Acordo Especial de Cooperação no domínio da Administração Interna, previsto no Decreto-Lei nº 26/97 de 3 de Junho.

²⁸ Acordo de Cooperação no domínio da Administração Interna, previsto no Decreto-Lei nº 26/97 de 3 de Junho.

As ações de cooperação visam o desenvolvimento das capacidades dos serviços policiais, o desenvolvimento de políticas e procedimentos relativos à PNTL (IPAD, 2008, p. 48).

c. A cooperação Técnico Militar

A projeção da CTM é manifestamente superior que a CTP, desde as ações desenvolvidas à experiência obtida fruto das mesmas.

A cooperação técnico-militar compreende um “conjunto de ações que constituem simultaneamente um vetor para a consolidação do sistema democrático dos países beneficiários, através da organização/formação das Forças Armadas apartidárias, garante do regular funcionamento das instituições e vetor do desenvolvimento económico e social, através da formação de quadros e organização de estruturas funcionais” (MDN, 2005, p. 52).

Desde os anos 80 e 90 que a CTM de Portugal com os PALOP tem sido em crescendo, fruto dos resultados evidentes da participação dos militares portugueses nos seus processos de paz.

No âmbito do Ministério da Defesa Nacional (MDN) é a Direção Geral de Política de Defesa Nacional (DGPDN) através do seu departamento de cooperação técnico Militar (CTM).²⁹ Este departamento coordena com o IPAD e o MNE as suas ações no âmbito da cooperação com os PALOP, encontrando-se em vigor programas quadro de CTM. O seu vetor está direcionado por um lado, para o apoio à organização e posterior funcionamento das estruturas militares, e por outro lado direcionado para a instrução e formação militar.

Atualmente estão em vigor diversos planos quadro de CTM com os países lusófonos. Estes visam, conforme o conceito anteriormente enunciado, o apoio na organização dos Ministérios da Defesa, Estado Maior das Forças Armadas e respetivos Comandos dos Ramos. Duas vertentes ressaltam desta cooperação. Por um lado, a formação e a instrução militar nomeadamente às forças especiais, numa outra vertente, a nível de infraestruturas e saúde. A vertente da formação tem um peso considerável na CTM, quer em Portugal, com a inclusão de elementos de angola nos estabelecimentos

²⁹ Criado por Decreto Regulamentar nº 32/89 de 27 de Outubro.

de ensino militares³⁰, quer em Angola, com as ações desenvolvidas por formadores e assessores portugueses nas mais diversas áreas.

Uma menção breve às operações desenvolvidas no âmbito das forças de paz em Angola e Moçambique, em que a presença militar portuguesa teve um papel importante, contribuindo decisivamente para a consolidação da paz naqueles territórios.

1) Angola

Em conformidade com a “Visão Estratégica para a Cooperação Portuguesa, a cooperação Técnico-Militar tem por objetivos: (i) garantir eficácia acrescida nos processo de estabilização interna, de construção e consolidação do Estado de Direito e (ii) participar na capacidade do Estado garantir níveis de segurança compatíveis com os princípios da democracia, boa governação, transparência e Estado de Direito, envolvendo questões relacionadas com a estruturação, regulação, gestão, financiamento e controlo do sistema de defesa, desta forma facilitando o desenvolvimento.” (IPAD, 2007, p. 76). Estes objetivos vão de encontro à necessária Reforma do Sector de Segurança, assunto já abordado neste trabalho.

A CTM em Angola visa apoiar a organização e respetivo funcionamento das suas Forças Armadas, nomeadamente nos aspetos de organização, formação, logística, projetando de igual forma o desenvolvimento de unidades em Angola com capacidade de intervenção a nível de operações Humanitárias e de apoio a paz. Assim as áreas de cooperação técnico-militar de Portugal com Angola abrangem a Formação Militar, a Organização das estruturas das suas Forças Armadas e o apoio a nível de serviços, em termos de logística e a nível de saúde.

Assim, a nível bilateral, a CTM é fundamental para a RSS, pela sua contribuição para a boa governação, contribuindo para a estabilização interna e para a construção do Estado, indo ao encontro da capacitação do Estado em garantir a segurança, caminhando rumo ao desenvolvimento.

Importa referir também o contributo de Portugal na capacitação das Forças Armadas através da colocação de um Adido de Defesa em permanência em Angola.

A CTM com Angola baseia-se em Programas-Quadro (PQ) celebrados entre os dois Estados, onde constam as atividades a serem desenvolvidas, bem como os seus projetos. Estes são vocacionados para atingir os objetivos delineados entre Portugal e

³⁰ Academia Militar, Colégio Militar, Instituto de Odivelas, bem como unidades militares.

Angola. A título de exemplo e referindo-nos agora em pormenor ao PQ respeitante aos anos 2011-2014, a CTM possui cerca de dez projetos a executar.

As atividades que são desenvolvidas englobam a instrução e formação dos quadros das Forças Armadas, de realçar aqui a vertente quer das forças especiais, e a vertente logística, nomeadamente nas vertentes de saúde e engenharia.

Em termos gerais, elencamos agora os grupos de atividades dos projetos estabelecidos, embora em vários documentos as áreas definidas sejam distintas das apresentadas, o conteúdo encontra-se globalmente inserido nas ora apresentadas:

- Capacitação dos quadros das FFAA/Formação – este desígnio é alcançado através das ações de formação quer em Portugal, com a deslocação dos formandos a frequentar determinados cursos específicos, bem como a deslocação de unidades móveis de instrução (UMI) a Angola. Esta é sem dúvida uma das áreas de eleição para a Cooperação Técnico militar tendo em consideração o número de ações desenvolvidas desde a sua implementação, passando por várias fases à semelhança da CTP.
- Serviços – esta é uma área muito vasta, desde logo a Assistência Médica em Portugal, aos formandos que se encontram na frequência de cursos, bem em determinados casos aos seus familiares; por outro lado, a assessoria técnica ao nível de estudos e planeamentos referentes a infraestruturas; as assessorias prestadas também referentes à organização das estruturas superiores da Defesa das FFAA, também na vertente jurídico-administrativa, na reestruturação dos seus centros de formação;
- O apoio logístico – esta vertente é sem dúvida importante, contudo, os escassos recursos existentes tornam-na reduzida nos efeitos que se pretende provocar, ainda assim, é demasiada relevante para não se tecer qualquer referência. Assim, o fornecimento de material de diversa ordem, designadamente referente a instrução, quer ao nível do aquartelamento e equipamento (IPAD, 2008, p. 77).

Os PQ da CTM contam com o financiamento da DGPDN, dos Ramos das Forças Armadas, e do IPAD. A DGPDN é a entidade com maior peso nesta matéria, chegando a financiar cerca de 50 por cento dos encargos assumidos.

O seu Público-alvo, numa primeira linha, são os efetivos das Forças Armadas Angolanas, elevando a sua formação técnico-profissional, incrementando em termos de qualidade o serviço por eles prestado. Estes, no seu conjunto, contribuirão para uma

melhoria da Instituição que representam. Tudo isto vai de encontro ao fortalecimento do Estado, como o garante da segurança e bem-estar das populações. E são as populações que são a segunda linha do público-alvo destas intervenções de cooperação técnico-militar.

Numa vertente trilateral, através de uma parceria com os EUA, encontrava-se previsto um projeto para Angola, em duas frentes. A destruição controlada de material de guerra que iria aumentar o índice de segurança de Angola. Esta vertente, com um grande potencial, face ao envolvimento de vários países com recurso a valências específicas, e sobre as quais criam sinergias entre os diversos Estados, doadores ou recetores.

Na vertente multilateral³¹, englobado na CPLP, não esquecendo as Organizações Regionais Africanas (ORA), importa mencionar a vertente de manutenção de paz, prevenção de conflitos e assistência humanitária. Aqui o papel da CTM é mais uma vez importante, na medida em que, através da formação dos seus quadros nestas áreas, poderá capacitar as Forças Armadas de Angola para o desempenho deste tipo de missões (Marques, 2008, p. 18).

A necessidade de implementação dos Centros de Excelência de Formação de Formadores da CPLP, já aprovados, com o objetivo de certificar quadros, sejam estes civis ou militares, para a execução de funções na vertente de operações de paz. Aqui, Portugal, face à experiência das missões que tem desempenhado poderá desenvolver um papel importante.

Outro exemplo desta vertente multilateral é a realização dos exercícios da série “FELINO”, denotando a importância da segurança e defesa da CPLP. Estes tiveram o seu início no ano 2000, com diversas abordagens, primeiro no empenho de forças de operações especiais e posteriormente na vertente de assistência humanitária e operações de apoio à paz (Lourenço, 2010, p. 31).

2) Moçambique

Para Moçambique, e tendo por referência o PIC 2011-14, a vertente da CTM assume relevância na área da boa governação sendo dos eixos estratégicos. Assim, a CTM vai no sentido de ir de encontro aos objetivos estratégicos de Moçambique, designadamente na área de intervenção de segurança e desenvolvimento, a par com a

³¹ Protocolo de Cooperação da CPLP no Domínio da Defesa.

CTP já mencionada. O objetivo é o apoio às Forças Armadas de Moçambique no sentido de serem um fator de referência e de unidade nacional.

Todo este processo decorre também de acordo com o Programa quadro CTM assinado Portugal e Moçambique em vigor entre 2011 e 2014³² (IPAD, 2011, p. 10).

Este plano, que será analisado com rigor no próximo capítulo menciona diversos projetos, englobando desde o apoio a nível da estrutura e organização das Forças Armadas Moçambicanas e das suas unidades, passando pela formação dos seus quadros em Moçambique e em Portugal, e por fim o apoio nas áreas de comunicações e engenharia.

3) República de Cabo Verde (RCV)

As prioridades de Portugal em relação à cooperação com Cabo Verde centrar-se-ão na Boa Governação, Participação e Democracia, onde está inserida a já mencionada anteriormente CTP, e a CTM.

De acordo com o PIC entre Portugal e Cabo verde para 2008-2011, foram definidos como objetivos para a cooperação militar Portugal “(i) garantir eficácia acrescida nos processos de estabilização interna, de construção e consolidação do Estado de Direito e (ii) participar na capacidade do Estado garantir níveis de segurança compatíveis com os princípios da democracia, boa governação, transparência e estado de Direito, envolvendo questões relacionadas com a estruturação, regulação, gestão, financiamento e controle do sistema de defesa, desta forma facilitando o desenvolvimento.” (IPAD, 2008, p. 57).

Assim a CTM tem desenvolvido ações no âmbito da formação e instrução militar quer em Portugal quer em Cabo Verde, ações de assessoria técnica bem como ações de apoio relativamente à estrutura e organização das Forças Armadas e das suas Unidades.

Estas ações decorrem no âmbito do Programa Quadro de cooperação técnico-militar entre Portugal e Cabo Verde, em vigor entre 2012-2014.

³² Plano Quadro de Cooperação técnico militar entre Portugal e Moçambique 2010-2013.

4) República da Guiné-Bissau (RGB)

A cooperação técnico-militar entre Portugal e Guiné Bissau vai de encontro aos objetivos de Portugal para a cooperação, já mencionados anteriormente,

Assim, e à semelhança de outros países, a CTM vai incidir sobre a organização, a formação e a instrução das estruturas das Forças Armadas da Guiné Bissau, a capacitação das suas estruturas, bem como dos seus quadros para o desenvolvimento de operações de apoio a paz e de natureza humanitária, e por fim, a nível de infraestruturas e de serviços de apoio.

Estas ações decorrem no âmbito do Programa Quadro de cooperação técnico-militar entre Portugal e Guiné Bissau, em vigor entre 2008-2010.

5) S. Tomé e Príncipe (STP)

O objetivo principal para a cooperação técnico-militar entre Portugal e São Tomé e Príncipe é apoiar a estrutura superior da Defesa e das suas Forças Armadas. Para tal, foram definidas as ações que constam do Plano Quadro de CTM em vigor entre 2011 e 2013. Destas, importa chamar à colação as relativas ao apoio técnico prestado às estruturas das Forças Armadas, e por outro lado ao apoio prestado à Guarda Costeira nas suas diversas vertentes.

No PIC para 2008-11, o qual ainda não foi substituído, menciona quatro áreas importantes referentes à CTM. A capacitação das estruturas, a formação e instrução militar, o apoio em termos de serviços e por fim a capacitação dos seus quadros militares.

6) Timor-Leste

A cooperação de Portugal com Timor-Leste iniciou-se em 1999, incidindo sobre a assistência humanitária (1999-2002). De entre os vários eixos estratégicos de intervenção, a boa governação destaca-se como condição para o desenvolvimento.

Assim a Cooperação Técnico-Militar entre Portugal e Timor-Leste, tem o objetivo “ de apoiar a reorganização e capacitação das Forças de Defesa de Timor-Leste, nomeadamente nas componentes terrestre e naval através da formação nas áreas da organização, logística, administração e técnica.” (IPAD, 2008, p. 49).

d. Síntese Conclusiva

Após o elencar dos objetivos, linhas de orientação e atividades desenvolvidas, no plano bilateral, trilateral e multilateral da CTM e CTP é possível estabelecer alguns paralelismos.

Os objetivos e linhas de orientação preconizados em ambas, ligam a segurança e desenvolvimento. Aqui é imperativo o funcionamento regular das instituições para que o governo, de forma capaz, seja o garante da estabilidade no seu território através do poder executivo, legislativo e judicial. É nesta parte da estabilidade que a CTP e CTM desempenham o seu papel. Assim existe aqui desde logo um ponto comum, o objetivo que visa alcançar a boa governação por parte dos Estados³³. Permite-nos assim delinear um objetivo comum entre a CTP e CTM: o reforço das condições da estabilidade interna dos Países na sua forma global, contribuindo em especial para a consolidação das suas instituições políticas com vista a promover a segurança das suas populações. Estes objetivos, transversais à CTP e CTM, serão concretizados fruto do papel que ambas desempenham no apoio à estruturação, organização e funcionamento das suas Forças Armadas e Forças de Segurança, por um lado, e a formação dos seus quadros aos diversos escalões³⁴.

Em relação às atividades desempenhadas pela CTM e pela CTP, estas possuem pontos comuns, designadamente a formação de quadros, a assessoria prestada ao nível das estruturas e organização das Forças Armadas e Forças de Segurança, também asseguradas através de Oficiais destacados em permanência em Angola, para a área de defesa e a área de segurança.

Pelo atrás exposto é possível determinar como válida a H3: Os objetivos, as linhas de orientação e as atividades desenvolvidas pela CTM e CTP possuem pontos comuns.

³³ De realçar que nos PIC estabelecidos com os Países da CPLP, a CTP e CTM vêm inseridas nos eixos da boa governação, segurança humana e capacitação de instituições.

³⁴ Sem esquecer o apoio de serviços prestado.

4. As relações entre a Cooperação Técnico-Militar e Técnico-Policial

Neste último capítulo, e após termos abordado o papel da CTM e CTP como essencial para a RSS e consequente solução para a estabilidade, termos descrito o enquadramento legal da cooperação e a vertente militar e policial, termos abordado os objetivos, linhas orientadoras e atividades da CTM e CTP, mencionando o que foi feito, e o que se encontrava em curso, em termos gerais, importa agora efetuar uma análise da CTM e CTP.

Assim, iremos partir de dois conceitos anteriormente abordados: a cooperação técnica militar e a cooperação técnica policial. A análise destes dois conceitos será efetuada mediante as seguintes dimensões: legal, objetivos, áreas de intervenção, destinatários.

a. Legal

Em termos de documentos estruturantes referentes à cooperação podemos referir em termos comuns à CTM e CTP, o facto da referência na CRP para os laços especiais com os países lusófonos. Os diversos programas de governo também dão ênfase à cooperação institucional (assistência técnica e formação), e a cooperação técnico-militar (formação).

Na vertente militar da cooperação técnica importa referir o seu Conceito Estratégico de Defesa Nacional, onde consta a importância da CPLP e as necessárias relações bilaterais e multilaterais na área da defesa. Aqui resume-se à componente das Forças Armadas, não fazendo referência às Forças de Segurança nesta matéria de cooperação. O programa de Apoio às Missões de Paz em África (PAMPA), vem orientar o esforço da CTM para a vertente multilateral. Por outro lado e a nível bilateral, a realização dos Programas Indicativos de Cooperação e consequentes Planos Quadro vêm operacionalizar todo este processo.

A vertente policial da cooperação técnica, vem contemplada na Lei de Segurança Interna, e posteriormente nas Leis Orgânicas das Forças e Serviços de Segurança. É operacionalizada através dos PIC acima mencionados e posteriormente nos Programas Quadro no âmbito da cooperação bilateral. No plano multilateral, constam os acordos estabelecidos na área de segurança interna, designadamente sobre a cooperação policial.

Importa aqui fazer uma referência à inexistência de uma estratégia comum à CTP e CTM, ou seja, tendo por base os PIC, e todo enquadramento existente a montante, e já mencionado no decorrer deste estudo, os Programas-Quadro da CTM e os Programas de Ação da CTP são elaborados, além de entidades distintas, de forma desarticulada, ou pelo menos, de forma não coordenada. Para além de atualmente existirem PIC desatualizados, daí decorrem programas-quadro e os respetivos Programas de Ação de Cooperação, que são o instrumento que operacionalizam os PIC.

Em suma, a CTM e CTP possuem documentos estruturantes distintos. A CTM com referências nas diferentes estratégias para a cooperação portuguesa em matéria de defesa, e mais recentemente a CTP com referência nos programas indicativos de cooperação. Não existe aqui uma linha comum, a nível de documentos legais que possibilite afirmar a existência de uma estratégia comum para a segurança e defesa.

b. Objetivos

Nesta dimensão pretende-se analisar os dois conceitos a nível dos seus objetivos, se os mesmos são concordantes ou pelo contrário. Assim, a CTM tem como objetivo a organização, reestruturação e formação ao nível dos Ministérios da Defesa Nacional e Forças Armadas, de forma que estes estejam subordinados aos órgãos de soberania democráticos e legítimos. O objetivo último é capacitar o Estado de forma sustentada para que este possua meios capazes para garantir a segurança e bem-estar das suas Populações. Ou seja, a CTM contribui de forma fundamental para a necessária RSS, sendo esta essencial para atingir os níveis de segurança e estabilidade para que se possa seguir o caminho de um desenvolvimento sustentado.

A CTP tem por objetivo o desenvolvimento da organização e estrutura da Segurança Interna dos Estados, participando desta forma no aumento das condições de segurança das populações contribuindo para a autonomia das instituições políticas e desta forma para a estabilidade interna. A CTP, como vimos anteriormente é um instrumento essencial, não sendo o único, para a RSS. Esta reforma está na base da construção de um Estado com capacidade para atuar nas suas diversas vertentes, sendo o responsável pela segurança, pelo que a consolidação das suas estruturas e a sua capacitação vai no sentido de criar uma maior estabilidade interna.

Em suma, nesta dimensão, a CTP e a CTM possuem um objetivo comum, ou seja o estado final desejado é a melhoria das condições de segurança através do incremento da capacidade do Estado para as manter e por fim, a estabilidade. O objetivo

específico é também comum, no que respeita à reestruturação das Forças Armadas e Forças de Segurança, cada uma com as suas idiossincrasias próprias.

c. Áreas de intervenção

Neste caso concreto teremos as intervenções nos vários planos, bilateral, trilateral e multilateral.

No plano bilateral, a CTM desenvolve as suas ações no âmbito da capacitação dos quadros das Forças Armadas, através da formação e instrução. O apoio prestado ao nível de serviços é também uma realidade de onde se destaca a Assistência Médica em Portugal aos formandos que se encontram na frequência de cursos, bem em determinados casos aos seus familiares. A assessoria técnica prestada ao nível de estudos e planeamentos referentes a infraestrutura e ao nível referente à organização das estruturas superiores da Defesa das FFAA. A CTP, desenvolve a sua ação através da capacitação dos quadros das Forças de Segurança, através da realização de ações de formação. Um outro fator importante é o papel dos Oficiais de Ligação, no que respeita à CTP e aos Adidos de Defesa na parte da CTM, poderão ser facilitadores de todo o processo de cooperação, junto das chefias militares e policiais. Num outro prisma, estes serão os observadores no local da cooperação portuguesa, além da coordenação global, poderão visualizar e agilizar a cooperação entre as diversas forças a nível interno, e fazer a ligação entre a cooperação portuguesa com as entidades responsáveis nos países recetores e outros atores presentes. Assim ambas as cooperações possuem áreas de intervenção que se tocam, outras, decorrentes das suas capacidades são distintas.

No plano trilateral, apenas a referência à CTM, sendo esta ainda muito recente.

No plano multilateral, a CTP, como já mencionado, possui um acordo de cooperação policial entre os membros da CPLP, com vista a fazer face à criminalidade. Numa outra vertente, a experiência de ações de índole humanitária e de apoio à paz é uma realidade, a qual poderá ser aproveitada no âmbito da CPLP. Em relação à CTM, na sua vertente multilateral apontamos como referência os exercícios da série “FELINO” como um exemplo de sucesso, atuando de forma conjunta e combinada ao nível da CPLP. Daqui se menciona também a vertente humanitária e de apoio à paz, cujas Forças Armadas portuguesas detêm experiência. Por ultimo a criação dos centros de excelência de formação de formadores é mais um passo para a solidificação das relações dentro da CPLP.

Assim, entre a CTP e CTM existem pontos comuns no plano bilateral, como a formação, assessoria, e no plano multilateral, no que respeita às missões humanitárias e de apoio à paz. Contudo não existe uma aproximação conjunta nesta matéria entre a CTP e CTM, pois cada uma desenvolve as suas intervenções de forma independente sem qualquer interligação ou cooperação.

d. Destinatários

Esta dimensão aborda os destinatários diretos e indiretos das intervenções da CTM e CTP. Assim, de forma direta, e mencionando já de forma comum entre ambas as cooperações, os destinatários primários são os efetivos das diversas instituições onde a CTP e CTM atuam, através do incremento da sua capacidade técnico-profissional, atingida pela formação dos quadros. Daqui se infere uma melhoria do serviço prestado, logo uma melhoria institucional, ou seja contribui para uma organização e funcionamento das instituições. Assim, os destinatários são distintos em razão das instituições que representam, mas são os mesmos em termos de público-alvo atingido.

Os destinatários secundários, não por terem menos importância, por pelo facto de receberem os efeitos provocados aos destinatários primários, são a população em geral, pois beneficiarão de um melhor serviço prestado, criando condições para o estabelecimento de confiança dos instrumentos do Estado, e consequentemente caminha no sentido de alcançar a segurança e a estabilidade.

e. Síntese conclusiva

Abordámos os conceitos de cooperação técnica, na vertente policial e na vertente militar. Nestes dois conceitos, analisámos de acordo com as dimensões definidas: legal, objetivos, áreas de intervenção e por fim os destinatários.

Foi possível estabelecer pontos de convergência e de divergência. Assim, o caso dos destinatários da CTM e CTP é explícito, quer os destinatários primários, bem como os destinatários últimos são equivalentes em ambas. Os objetivos definidos são semelhantes em termos gerais, desde logo a capacitação das instituições, o rumo á boa governação e por fim atingir a segurança e estabilidade.

Em termos da dimensão legal, para além de não existir um quadro legal comum para a CTM e CTP, importa referir que os instrumentos que a operacionalizam não são elaborados de forma coordenada, realce dado às ações desenvolvidas de forma independente. Por fim, a dimensão das áreas de intervenção, encontram-se pontos

comuns e distintos. A formação de quadros e assessoria é uma característica comum em ambas as cooperações. Contudo a sua ação é executada de forma independente, desde o planeamento à sua execução e posterior avaliação. Em termos multilaterais é importante a experiência da CTP e CTM em operações de apoio à paz, as quais são um ponto comum efetivamente, mas que no terreno, são caminhos distintos.

Face ao exposto, considerando que existem relações de convergência já explanadas, mas não foram detetadas relações de fricção, no limite apenas encontrámos atuações independentes sem o elemento de coordenação, estamos em condições de infirmar a H4: Existem relações de convergência e de fricção entre a CTP e a CTM.

Conclusões

Passaremos agora a apresentar as conclusões do trabalho. Numa primeira fase faremos uma revisão do procedimento que nos trouxe até este ponto, elencando também os contributos proporcionados, as limitações detetadas ao longo da elaboração do trabalho.

Recordamos agora a questão de partida, a qual nos guiou durante todas as fases de elaboração deste árduo trabalho.

QP: Quais os pontos de convergência e de fricção entre a cooperação técnico militar e a cooperação técnico policial, que permitam a definição de uma estratégia de segurança e defesa com vista à consecução dos objetivos da política externa portuguesa.

Para responder a esta questão organizámos o trabalho em quatro capítulos. Iniciámos o trabalho com a justificação do assunto abordado, mencionando a sua importância na atualidade. Descrevemos o percurso metodológico que seguimos durante a elaboração do trabalho.

No primeiro capítulo referimo-nos à conflitualidade típica em África, a relação existente entre os conflitos intraestatais e a necessária Reforma do Sector de Segurança como elemento essencial para alcançar a estabilidade. Foi elencada também o papel que a cooperação técnica, militar e policial, desempenham neste processo, ou seja quais os seus contributos para a estabilidade. Assim, este trabalho de investigação encontra-se dividido em quatro capítulos. O primeiro capítulo pretende-se uma abordagem à conflitualidade típica em África, reportando-nos ao papel que a cooperação técnico-militar e técnico-policial possuem neste quadro. Assim, no âmbito da Reforma do Sector de Segurança (RSS) a CTP e a CTM atuam através da capacitação das instituições, através nas operações de apoio à paz, através da assessoria prestada e formação dos seus quadros e o contributo para a boa governação. A CTP e a CTM contribuem desta forma para a segurança e desenvolvimento em África.

No segundo capítulo fizemos uma síntese do quadro legal da cooperação em Portugal, designadamente no que se refere à cooperação técnico-militar e técnico-policial, e a sua integração à luz da CPLP. Fizemos alusão à CRP, aos programas do Governo, as estratégias para a cooperação, o Conceito Estratégico de Defesa Nacional, a Lei de Segurança Interna. Concluímos que não existe um quadro legal comum entre a CTP e CTM.

No terceiro capítulo mencionamos os objetivos, as linhas de orientação e por fim as atividades desenvolvidas pela CTM e CTP. Iniciámos pelos objetivos e respetivas linhas de orientação, tendo constatado que contribuem para o funcionamento regular das instituições

colocando o Estado como responsável por garantir a segurança no seu território através. Concluímos que existe um objetivo comum entre a CTP e CTM: o reforço das condições da estabilidade interna dos Países na sua forma global, através da sua ação no que respeita à RSS. Outro ponto comum que constatámos está relacionado com atividades desempenhadas pela CTM e pela CTP. Em gerais possuem a mesma configuração, a formação de quadros, a assessoria, os Oficiais destacados. Por fim, podemos afirmar que existem pontos onde a CTM e a CTP se tocam nesta matéria.

No quarto capítulo, teve por base o que foi feito no passado, o caminho percorrido, e o que se encontra em curso. Analisámos os conceitos de cooperação técnica, o militar e o policial, à luz de dimensões por nós definidas. Assim analisámos nas dimensões do enquadramento legal, à luz dos objetivos, a nível das áreas de intervenção e por fim de acordo com os destinatários da cooperação. Concluímos aqui a existência de pontos comuns, como o caso dos destinatários da cooperação, a existência de pontos que não são comuns, como o caso da dimensão legal.

Assim, verificámos que: (i) a CTP e a CTM contribuem para a segurança e desenvolvimento em África; (ii) não existe uma base legal comum para a cooperação técnico militar e para a cooperação técnico militar; (iii) os objetivos, as linhas de orientação e as atividades desenvolvidas pela CTM e CTP possuem pontos comuns; (iv) existem relações de convergência e de fricção entre a CTP e a CTM.

Posto isto, respondemos à nossa questão de partida, referindo quais os pontos de convergência e de fricção entre a cooperação técnico militar e a cooperação técnico policial, que permitam a definição de uma estratégia de segurança e defesa com vista à consecução dos objetivos da política externa portuguesa. Os pontos de convergência entre a cooperação técnica militar e a cooperação técnica policial são: (i) os objetivos dos dois conceitos de cooperação, onde se revê o seu contributo essencial para a Reforma do Sector de Segurança como um dos elementos principais para que os Estados possam garantir, por si sós, a segurança, o cumprimento da lei e da ordem, com vista a alcançar a estabilidade necessária; (ii) os destinatários da cooperação encontram-se ao mesmo nível, ou seja, os efetivos das Forças Armadas e das Forças de Segurança e respetivas Instituições, ou destinatários finais serão a população no seu todo, que beneficiará de um melhor serviço, aos quais lhes será garantida a segurança, criando condições para a estabilidade; (iii) as áreas de intervenção entre a CTP e a CTM, não são exatamente as mesmas, fruto das capacidades distintas de cada força, contudo a formação e assessoria técnica, são convergentes.

Relativamente a pontos de fricção existentes entre a CTM e CTP, não foram elencados nenhuns, contudo existem pontos que não convergem, mas que não se apresentam como fricção e que passamos a enumerar: (i) as intervenções no âmbito de apoio à paz em que, apesar da CTM e a CTP possuírem capacidades e experiência nesta matéria, fazem-no de forma independente e não complementar. Daqui se infere também a existência dos centros de formação de formadores nesta área, em que apenas as Forças Armadas se encontram envolvidas; (ii) o enquadramento legal sobre a CTM e CTP não resulta de uma estratégia concertada entre ambos os conceitos de cooperação, à medida a que as necessidades foram surgindo, foram emanados documentos legais sobre esta matéria. A coordenação da cooperação entre a CTP e CTM não é uma realidade pelo que não existe uma estratégia integrada para a segurança e defesa no âmbito da cooperação.

Por fim tecemos algumas recomendações com o propósito de minimizar os pontos que foram identificados como não convergentes, e melhorar os pontos convergentes entre a CTP e CTM: (i) na vertente multilateral da cooperação, e no caso concreto dos exercícios “FELINO” que englobam as Forças Armadas dos vários Estados, existindo a capacidade e intenção de treino relativamente a situações de cariz humanitário e de apoio à paz, poder-se-ia equacionar a integração das respetivas Forças de Segurança, envolvendo os diversos atores que numa situação real poderiam ser chamados a intervir. Aqui a CTM em atuação com a CTP poderia ser importante para atingir os objetivos preconizados; (ii) no processo de afirmação dos Centros de Excelência de Formação de Formadores, seria importante, que se constituíssem, por um lado equipas de instrutores multilaterais, por outro lado, a utilização destes Centros apenas para e pelas Forças Armadas, parece-nos redutor. Seria de equacionar, alargar o seu âmbito às Forças de Segurança, criando uma aproximação entre estas e as Forças Armadas, numa ótica de atuação conjunta e combinada; (iii) a aproximação entre a CTM e CTP no que concerne ao orçamento, para as atividades de segurança e defesa, possivelmente um orçamento comum(iv); nas missões de apoio à paz, uma aproximação da CTP e CTM evitaria sobreposição e sobretudo, intervenções fora das missões a que estão adstritas, pelo que uma ação conjunta poderia ser adequada em determinados cenários.

Bibliografia

Barroso, Luís (2011). *A Evolução da CPLP na Segurança e Desenvolvimento do Continente Africano: Relevância do Instrumento Militar e o Papel de Portugal*. Lisboa: Revista Militar. Disponível em: <http://www.revistamilitar.pt/modules/articles/article.php?id=592>, [Consult. 14 de Fevereiro 2012].

Bernardino, Luís (2007). *Uma reflexão sobre a problemática da Segurança em África*. Jornal do Exército, Lisboa, ano 48, n.º 567 (Novembro de 2007), p. 52-58

Bernardino, Luís (2008). *Estratégias de Intervenção em África: Uma década de Segurança e Defesa na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa*. Lisboa: Prefácio.

Bernardino, Luís (2007). *Que Política de Cooperação para a Segurança e Defesa deve Portugal adotar em África?* Lisboa: Revista Militar. Disponível em: <http://www.revistamilitar.pt/modules/articles/article.php?id=216>, [Consult. 20 de Fevereiro 2011].

Cardoso, F.J (1999). *Desafios e prioridades políticas portuguesas em África*. Lisboa: Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais.

Conselho da União Europeia (2008). Relatório sobre a Execução da Estratégia Europeia de Segurança – Garantir a Segurança num Mundo em Mudança (S407/08). Bruxelas. Disponível em: http://www.consilium.europa.eu/ueDocs/cms_Data/docs/pressdata/PT/reports/104638.pdf, [Consult. 10 de Novembro 2011].

Cravinho, J.G (2005). *A África e a Europa: Resolução de Conflitos, Governação e Integração Regional*. Lisboa.

CRP (2005). Constituição da República Portuguesa: VII Revisão Constitucional. [em linha] [Lisboa]: Portal da Assembleia da República [referência de 24 de Fevereiro de 2010]. Disponível na Internet em: http://www.parlamento.pt/Legislacao/Paginas/2010_Legislacao.aspx.

Freire, Maria (2011). *A Política Externa – As relações internacionais em mudança*. Coimbra: Universidade de Coimbra.

Guedes, A.M.& ELIAS, Luís (2011). *Controlos Remotos – As dimensões externas da segurança interna em Portugal*. Lisboa: Almedina.

IPAD (2007). Programa Indicativo de Cooperação, Portugal - Moçambique 2007-2010. Lisboa. Disponível em: http://www.missaomocambique.gov.pt/Resources/User/MocambiqueMais/Cooperacao/Portugal_Mocambique.pdf, [Consult. 07 de Novembro 2011].

IPAD (2008a). Programa Indicativo de Cooperação, Portugal - Angola 2007-2010. Lisboa. Disponível em: http://www.ipad.mne.gov.pt/CentroRecursos/Documentacao/Avaliacao%20e%20Auditoria%20Interna/Documents/AVAL-PICAngola_Jun11.pdf, [Consult. 07 de Novembro 2011].

IPAD (2008b). Programa Indicativo de Cooperação, Portugal - Cabo Verde 2008-2011. Lisboa. Disponível em: <http://www.ipad.mne.gov.pt/CentroRecursos/Documentacao/ProgramaIndicativoCooperacao/Documents/piccv0811.pdf>, [Consult. 07 de Novembro 2011].

IPAD (2008c). Programa Indicativo de Cooperação, Portugal - S. Tomé e Príncipe 2008-2011. Lisboa. Disponível em: <http://www.ipad.mne.gov.pt/CentroRecursos/Documentacao/ProgramaIndicativoCooperacao/Documents/picstp2008-2011a.pdf>, [Consult. 07 de Novembro 2011].

IPAD (2008d). Programa Indicativo de Cooperação, Portugal – Guiné-Bissau 2008-2011. Lisboa. Disponível em: <http://www.ipad.mne.gov.pt/CentroRecursos/Documentacao/ProgramaIndicativoCooperacao/Documents/picguine0810.pdf>, [Consult. 07 de Novembro 2011].

IPAD (2008e). Programa Indicativo de Cooperação, Portugal – Timor-Leste 2007-2010. Lisboa. Disponível em: <http://www.ipad.mne.gov.pt/CentroRecursos/Documentacao/ProgramaIndicativoCooperacao/Documents/PICTimor0710.pdf>, [Consult. 07 de Novembro 2011].

IPAD (2010a). A cooperação portuguesa para o desenvolvimento, Relatório anual 2010. Lisboa. Disponível em: <http://www.ipad.mne.gov.pt/CentroRecursos/Documentacao/PlanosRelatoriosActividade/Documents/Relat%C3%B3rio%20Anual%20da%20Cooperac%C3%A7%C3%A3o%202010%20-%20PT.pdf>, [Consult. 07 de Novembro 2011].

IPAD (2010b). Memorando da cooperação portuguesa. Lisboa. Disponível em: <http://www.plataformaongd.pt/conteudos/File/CentroDocumentacao/CAD/Memorando%20da%20Cooperacao%202010.pdf>, [Consult. 07 de Novembro 2011].

IPAD (2011). Uma leitura dos últimos quinze anos de cooperação para o desenvolvimento 1996-2010. Lisboa. Disponível em: http://www.ipad.mne.gov.pt/CentroRecursos/Documentacao/EdicoesProprias/Estudos/Documents/relat_IPAD_total.pdf, [Consult. 07 de Novembro 2011].

Lourenço, J.M.C. (2010) *Visão prospectiva das actividades das Forças Armadas no âmbito da Comunidade de Países de Língua Portuguesa*. Lisboa. IESM.

Marques, A.J.G. (2008). *Cooperação técnico-militar com os PALOP. Prioridades, linhas de orientação e estratégias. Articulação com os sectores da sociedade civil*. Lisboa. IESM.

MDN (2006). *Programa de Apoio às Missões de Paz em África*. [em linha]. [referência de 24 de Fevereiro de 2010]. Disponível na Internet em <http://www.portugal.gov.pt/pt/GC17/Governo/Ministerios/MDN/Programas_e_Dossiers/Pages/20060403_MDN_Prog_PAMPA.aspx>

Mesquita, Maria (2011). *A Atuação Externa da União Europeia depois do Tratado de Lisboa*. Lisboa: Almedina.

MNE (2006). *Uma Visão Estratégica para a Cooperação Portuguesa*. [em linha]. IPAD [referência de 04 de Janeiro de 2012]. Disponível na Internet em <http://www.ipad.mne.gov.pt/images/stories/Publicacoes/Visao_Estrategica_editado.pdf>

Monteiro, Ramiro (2001). *A África na Política de Cooperação Europeia* (2.^a Edição Atualizada). Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa.

Nogueira, J.M.F. (2005). *Pensar a Segurança e Defesa*. Lisboa: Edições Cosmo.

PAIS, Rita (2006). *Uma visão estratégica para a cooperação portuguesa*. Instituto de Estudos Estratégicos Internacionais. Disponível em: <http://www.ieei.pt/post.php?post=35>, [Consult. 07 de Novembro 2011].

Pereira, M.J.(2009). *A política externa europeia como um dispositivo de segurança*, in “A União Europeia como Actor Global – Dimensões Económicas e Normativas da Política Externa Europeia. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.

Pinheiro (2006). *Modelos de “africanização” das Operações de Apoio à Paz*. Nação e Defesa, Verão 2006, Nº144 – 3^a Série.

Santos, Loureiro (2003). *A Idade Imperial – A Nova Era, Reflexões sobre a estratégia III*. Lisboa: Publicações Europa-América.

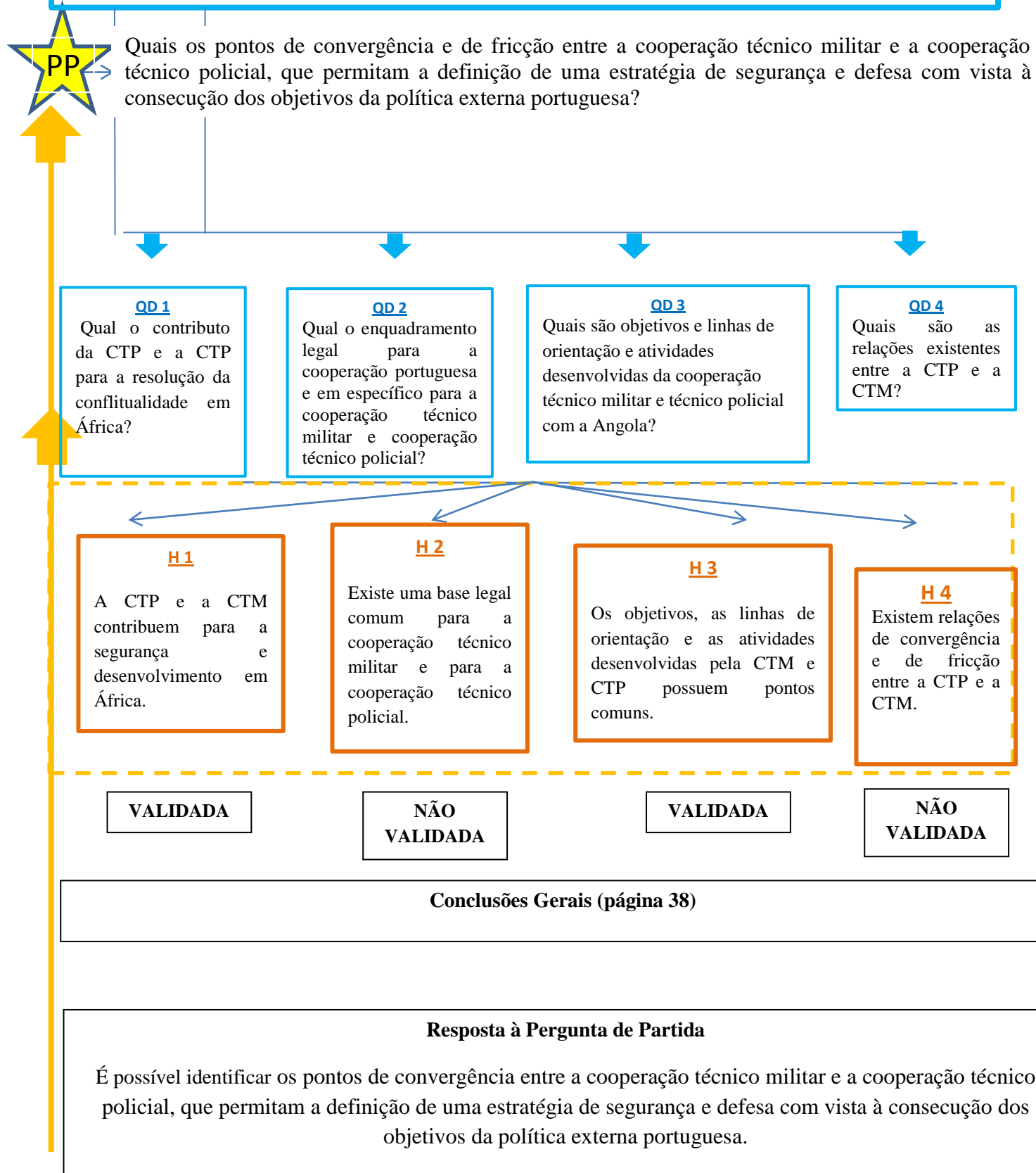
Santos, V.M (2009). *Teoria das Relações Internacionais – Cooperação e Conflito na Sociedade Internacional*. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa.

Saraiva, J.F.S. (org.) (2001). Brasília: IBRI.

Seabra, P.N.A.V. (2010). *As estratégias de reforma do sector de segurança (RSS): a procura da convergência*. Lisboa. Universidade Nova de Lisboa.

UNESCO (2005). UNESCO E-Governance Capability Building Initiative [em linha]. [Referência de 20 de Fevereiro de 2012]. Disponível na Internet em <http://portal.unesco.org/ci/en/ev.php-URL_ID=5205&URL_DO=DO_TOPIC&URL_SECTION=201.html>

Apêndice I – Percurso Metodológico

ESQUEMA METODOLÓGICO – tema 41 – CEMC 2011-12**“CPLP: COOPERAÇÃO TÉCNICO-POLICIAL VERSUS COOPERAÇÃO TÉCNICO-MILITAR”**

Apêndice II – Modelo de Análise

